

O PCP PROCLAMA:



A REACÇÃO SERÁ DERROTADA A DEMOCRACIA VENCERÁ!



- Texto da Proclamação aprovada na conferência

Pág. 12

- Texto da Declaração de Princípios sobre a campanha para as autarquias

Pág. 3

- Discurso do camarada Álvaro Cunhal

Pág. 5

- Intervenções, entrevistas, reportagens

Págs. 3, 4, 8, 9 e 10



• Nas páginas centrais, um jomal de parede para cada comunista, cada democrata, na sua empresa, na sua escola, na sua fábrica, nas ruas divulgar as propostas para a vitória da democracia.

FORJAR A VITÓRIA DEMOCRÁTICA

O período eleitoral que se avizinha e a necessidade de divulgar e levar à prática as conclusões da Conferência Nacional do PCP, determinam, já para os próximos dias, uma intensa actividade de todo o Partido, de que na Agenda (pág. 11) damos circunstanciada notícia.

Das diversas iniciativas destacamos:

- Álvaro Cunhal em Vila Franca de Xira, hoje às 21 e 30, na Casa do Povo
- Comício em Beja, no sábado, às 15, no Largo das Piscinas, com a participação do camarada Álvaro Cunhal que visitará no mesmo dia Santa Margarida do Sado, Figueira de Cavaleiros, Ferrela do Alentejo, Trigaxes, Trindade, Alburnoa, Entradas, Castro Verde e Ourique
- Encontros de militantes de Lisboa (domingo, no Pavilhão dos Desportos, encerrando com um comício com a presença do camarada Álvaro Cunhal) e no Porto (sábado, no Cine-Teatro Gaia, com a participação dos camaradas Carlos Brito e Ângelo Veloso)



Juventude comunista

Delegados da UEC e da UJC reúnem no dia 10 de Novembro para concretizar a unificação das duas organizações dos jovens comunistas. -Pág. 11

Os trabalhadores com a democracia



Analisando as perspectivas das próximas eleições, a CGTP-IN aponta dois grandes objectivos ao Movimento Sindical:

- «a) promover uma grande participação dos trabalhadores na batalha eleitoral e no voto;
- «b) derrotar a coligação do grande patronato — CIP/CAP/CCP — concretizada na aliança reacçãoária PPD/CDS/PPM»

Pág. 11

Editorial

A CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP E AS ELEIÇÕES DE DEZEMBRO

Derrotar a reacção e mantê-la em minoria na Assembleia da República, eleger uma maioria democrática e aumentar sensivelmente o número de deputados do PCP nas eleições intercalares — eis objectivos precisos que adquiriram conteúdo mais elaborado e definido a partir de domingo último.

É pelos objectivos que se propõe atingir e na natureza dos meios e formas com que se propõe alcançá-los; é depois pela maneira fiel e séria com que cumpre os seus compromissos ante o povo que uma grande força popular superiormente organizada revela a sua verdadeira fisionomia política e de classe.

A Conferência Nacional do PCP, que no último domingo levou ao Pavilhão Gimnodesportivo da Amadora perto de 1000 delegados e quase 5000 convidados de todas as regiões do País e da emigração, permitiu aquilatar com transparente nitidez o elevado sentido das responsabilidades com que os comunistas encaram os actos eleitorais de 2 e 16 de Dezembro e a importância política de que ambos diversamente se revestem para a solução constitucional da crise e o reforço e consolidação do regime democrático saído do 25 de Abril.

Durante mais de 8 horas desbobinou-se na tribuna da Conferência todo o saber de experiências feito, toda uma serena confiança na capacidade de discernimento político do Povo português e na aptidão das suas instituições democráticas visando a escolha de representantes populares idóneos para a nova Assembleia da República e os órgãos de poder local.

A «Proclamação» para a vitória democrática nas eleições intercalares e a «Declaração de Princípios» apontando ela também à vitória da APU nas eleições autárquicas para a defesa dos interesses das populações, são documentos essenciais saídos da Conferência Nacional do PCP que, a um tempo, resumem e exprimem politicamente um largo conjunto de intervenções e um acervo muito rico de problemas, experiências e trabalho concreto ao serviço do povo que nenhum outro partido ou agrupamento político está em condições de fornecer e ainda menos de igualar.

A Conferência da Amadora foi toda ela uma vigorosa afirmação do profundo democratismo interno do PCP e de toda a sua actividade política e de massas.

Esse carácter profundo do Partido dos trabalhadores portugueses contrasta singularmente com as afirmações, os objectivos e a actuação dos partidos da direita e do próprio PS que, com os comunistas, estes integrados na Aliança Povo Unido, vão disputar o voto dos portugueses nas eleições de Dezembro.

Os discursos, intervenções e documentos principais da Conferência trazem o selo inconfundível do respeito pela legalidade democrática, pelas instituições, pelo regime democrático consagrado na Constituição, pelo 25 de Abril.

Contra a campanha de intensa desestabilização política, económica, social e militar das forças reacçãoárias, que põem em constante sobressalto o Povo português; contra o golpismo e a subversão da ordem democrática dos próceres da reacção, que ameaçam a tranquilidade dos portugueses; contra os conluios com o imperialismo e forças estrangeiras que sempre no passado histórico de Portugal ameaçaram a independência nacional; contra os maneios antipopulares e as vociferações repassadas de ódio anticomunista dos Sá Carneiro, Freitas do Amaral, Jardim & C., agrupados no cacharotele reacçãoário que dá pelo nome de «Aliança Democrática» mas que tresanda a fascismo por todas as fissuras, o PCP revela-se cada vez mais como uma grande força estabilizadora da situação nacional, como um vigoroso defensor dos interesses profundos, pacíficos e democráticos do Povo português, como um grande partido cujos patrióticos propósitos vão ao encontro dos sentimentos e anseios mais autênticos da população laboriosa e de todos os portugueses que desejam construir uma pátria livre, feliz, independente e democrática.

Contra o divisionismo e as detracções anticomunistas de dirigentes do PS; contra a sua filosofia de derrota; contra a falsa perspectiva de defesa da democracia que apontam ao povo português; contra os confessados objectivos de aliança com a direita e de marginalização dos comunistas da vida e do governo do País a seguir às eleições, o PCP luta infatigavelmente pela unidade e o entendimento de todos os democratas e patriotas, designadamente de comunistas e socialistas; pela transformação da segura maioria democrática que vai sair das próximas eleições intercalares de simples fórmula aritmética em verdadeira maioria política, essencial para a formação de um novo governo e de uma frente parlamentar democrática que assegure a continuidade da herança de Abril e erga uma barreira intransponível às ambições da direita.

Da tribuna da Conferência Nacional do PCP, das intervenções de cada delegado, saíram a condenação e a denúncia vigorosas, da corrupção, do caciquismo fascista, da violenta intolerância imposta pela reacção em vastas zonas do território nacional. As garantias constitucionais, a liberdade de propaganda, de reunião,

de manifestação estão gravemente cerceadas e são quase letra morta nas localidades e regiões onde a reacção detém a preponderância ou o monopólio políticos. A criação de condições favoráveis à livre expressão dos portugueses em todas as regiões do País é uma obrigação moral e política do Governo de Lourdes Pintasilgo.

Delegados de Trás-os-Montes, da Beira Interior, das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira trouxeram à Conferência o testemunho documentado e vivo da gestão fraudulenta, da incúria, das ilegalidades e violências da reacção em numerosas autarquias locais.

Trouxeram também elementos directos do trabalho porfiado e sério das autarquias dirigidas pela APU, da batalha que os comunistas e os seus aliados travam para resolver os gravíssimos problemas legados às populações locais pela administração fascista e por sucessivos governos alheios ou opostos aos interesses populares que desde 1976, com o governo PS sozinho mas de facto aliado à direita, têm dirigido a política do País.

O nepotismo, a corrupção, o altaneiro desprezo pelos difíceis problemas do povo, praticados pela gente da direita em muitas cidades, vilas e aldeias do Portugal continental e insular, foram trazidos à conferência com números, nomes, dados exactos e irrefutáveis por inúmeros delegados.

Ao mesmo tempo o esforço hercúleo dispendido pelo grande Partido dos operários portugueses e por democratas independentes e de outras formações políticas para uma participação verdadeiramente nacional nas eleições autárquicas de 16 de Dezembro ficou patente.

Mais do dobro das listas para as Assembleias de Freguesia de 1976 serão apresentadas este ano; cerca de 70 mil candidatos e suplentes constituirão as listas Povo Unido para as Câmaras e Assembleias Municipais, para as Juntas e Assembleias de Freguesia; uma densa massa de problemas locais foram postos em equação pelos candidatos da APU.

Só uma organização poderosa e militante como a do PCP poderia enfrentar com tal êxito o desafio da complexa campanha eleitoral de Dezembro próximo.

Essa organização, esses homens, mulheres e jovens, oriundos de todos os estratos sociais da população portuguesa, serão também capazes de pôr toda a sua inteligência e energia ao serviço do seu povo, estarão à altura da confiança dos portugueses que seguramente os colocará com o seu voto à frente de muitos órgãos de poder local.

Nestes poucos dias que passaram sobre a Conferência Nacional do PCP foram confirmadas todas as suas conclusões políticas,

toda a caracterização das forças da direita, do PS e de todos os aventureiros e divisionistas da classe operária que no Pavilhão da Amadora foram feitas.

Sá Carneiro foi aos Estados Unidos pedir aos seus patrões americanos apoio contra os comunistas portugueses; Freitas do Amaral falou em Bragança e pôs a falar ao seu lado um representante da reacção espanhola — da UCD, que assume assim uma responsabilidade grave pela sua descarada ingerência na política portuguesa — e ambos deram largas ao seu odioso anticomunismo; Jardim, da Madeira, preconiza na Região Autónoma que dirige, e ilegalização do PCP; Lucas Pires, expôs com o acolhimento benevolente de órgãos de comunicação social estatizados, as suas concepções fascizantes sobre a situação portuguesa actual.

O dr. Mário Soares com a sua teoria «do voto útil no PS», os seus ataques ao PCP, os seus propósitos de aliança com a direita, veio dar razão à Conferência Nacional do PCP quando afirma na sua «Proclamação» que o PS «se não houver uma deslocação do eleitorado para a esquerda, poderá ir novamente aliar-se à direita ou viabilizar um governo minoritário de direita» e que «o voto útil na democracia não é no PS».

A UDP, numa clara intenção divisionista, anuncia que apresentará listas, principalmente onde a esquerda, e designadamente o PCP, tem, como em Setúbal, fortes probabilidades maioritárias — o que nitidamente reverteria, para os que ludibriados dessem o voto aos esquerdistas, numa pura perda em benefício da direita.

Para os comunistas trata-se agora de dar realização prática às decisões da Conferência. Com o mesmo entusiasmo revelado no Pavilhão da Amadora, com a mesma determinação e militância, com a mesma abertura democrática que impregnaram todos os trabalhos, todo o activo do Partido estará mobilizado para que os objectivos enunciados pela Conferência sejam alcançados.

Em oposição à intensa campanha desestabilizadora da direita, aos seus ataques descabelados aos órgãos de soberania que se pronunciaram pela solução constitucional da crise, os comunistas responderão com o seu trabalho criador, serão o espelho vivo da política construtiva, dinamizadora, do seu Partido.

A «Proclamação» da Conferência mobilizará energias e acção em largos sectores da população portuguesa, a «Declaração de Princípios» é um guia seguro para um trabalho profícuo e dinâmico dos órgãos de poder local.

As eleições de Dezembro confirmarão a justeza da política do PCP e o aumento do seu prestígio e influência junto do Povo português.

As recentes medidas restritivas dos transportes escolares

1. O brutal aumento dos transportes escolares no início do novo ano lectivo veio pôr à vista, em toda a sua dimensão, as consequências da nefasta política de acção social levada a cabo pelo Governo Mota Pinto-PPD-CDS, para cuja gravidade o PCP vinha alertando desde o passado mês de Agosto.

Com efeito, a execução das medidas contidas na circular 29/DSAE/79, distribuída em 31 de Julho pelo Instituto de Acção Social Escolar, significaria para milhares de famílias uma incontrolável elevação dos encargos com a educação dos seus filhos, susceptível em si mesma de pôr em causa, a curto prazo, o cumprimento da escolaridade obrigatória no nosso país (em particular nos meios rurais).

Um profundo golpe nos direitos das crianças portuguesas

2. Com o corte dos subsídios de transporte até agora existentes, o IASE lançou sobre milhares de famílias o peso de encargos que chegam a exceder os mil escudos mensais.

Sabe-se, por outro lado, que os mesmos critérios serão aplicados ao «apoio» ao alojamento e às refeições, originando em breve novos aumentos.

E como se não fosse suficientemente grave a aplicação de tais medidas ao ensino preparatório e secundário, nova circular (de 4 de Outubro) acaba de

determinar o seu alargamento ao ensino primário...

Vibrar-se-á assim, em pleno Ano Internacional da Criança, um profundo golpe nos direitos das crianças portuguesas.

Uma medida retrógrada e injustificada

3. Merece especial crítica o facto de, insolitamente, o IASE procurar caracterizar o novo regime como «mais justo» (por assim se libertarem verbas que supostamente serviriam para apoiar os que «efectivamente necessitam de auxílio»).

A generalidade da população escolar, em particular a que frequenta escolas públicas ou oficializadas no ensino obrigatório,

não provém das camadas sociais economicamente mais favorecidas.

Por outro lado, o anunciado «reforço do apoio» aos alunos «comprovadamente carecidos» surge como um triste voto piedoso, de magro alívio.

Quem beneficiará, na verdade, desse apoio «reforçado» (a conceder em função do rendimento anual dos agregados familiares)?

Faço aos familiares vigentes, um agregado familiar composto por um casal e um filho e cujo rendimento seja igual ao salário mínimo nacional não poderá beneficiar deste tipo de apoio. Por outro lado, mesmo os que obedeçam aos requisitos da circular terão pela frente a extrema burocracia dos serviços

competentes (além da costumeira morosidade, em 1977/78 foram atendidos apenas 60% dos pedidos), e para comprovarem a sua situação económica serão obrigados a percorrer o infernal circuito das repartições fiscais. Para milhares de famílias, o agravamento agora decidido não terá qualquer contrapartida. Para esses, as promessas de «reforço de apoio» são desde logo destituídas de qualquer significado.

Uma política anticonstitucional inserida nos projectos da Aliança Reaccionária

4. As restrições ao apoio social escolar não são apenas

retrógradas e injustificadas. Contrariam frontalmente a exigência constitucional e democrática da igualdade de todos os cidadãos perante a educação e, em lugar de atenuarem, agravam ainda mais as fortes discriminações escolares decorrentes da origem de classe, da condição económica e da proveniência regional das crianças portuguesas. Inserem-se no projecto político das forças conservadoras e reacçãoárias de que foram executores o ex-ministro Cardia e as equipas ministeriais dos governos ulteriores (cuja política foi constantemente inspirada e apoiada pelos partidos da aliança reacçãoária).

A adopção de tais medidas pelo IASE veio comprovar claramente as críticas e advertências do PCP aquando da aprovação na Assem-

bleia da República (com os votos do PPD/CDS e do PS) da chamada lei do ensino particular. Como então se alertou, a aplicação desta nova peça da contra-revolução legislativa traduzir-se-á na crescente restrição dos direitos da imensa maioria das crianças portuguesas (que frequentam escolas públicas) e numa protecção desmesurada e indiscriminada ao ensino privado. A preocupação de «libertar verbas» agora revelada não será por certo alheia a tais projectos...

O PCP reclama a imediata revogação das restrições

5. São bem diversas as medidas que o PCP propõe ao povo português neste domínio.

O PCP considera possível e imprescindível o alargamento da acção social escolar, a expansão regional da rede escolar, um acréscimo dos investimentos na educação, de acordo com o que determina a Constituição da República.

O PCP considera que se impõe a imediata revogação das circulares que determinaram as graves restrições no domínio dos transportes escolares. O PCP bater-se-á pela reposição do regime de transportes até agora vigente como parte de uma política de ensino democrática, descentralizada e participada que garanta o acesso ao ensino a todas as crianças e jovens sem discriminação.

A SIP DO PCP

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — 1695 Lisboa-CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — 1000 Lisboa. Tel. 789744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1695 Lisboa-CODEX. Tel. 789725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — 1000 Lisboa. Tel. 779826/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/V — 1000 Lisboa. Tel. 789705. (Abrangem os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Padruinha — 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779826.

PUBLICIDADE CENTRAL:
Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 779836/779750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Setembro: 69 800



Ministro da Hungria visitou Portugal



Frígyes Puja

Durante três dias visitou oficialmente o nosso País o ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da Hungria, Frígyes Puja, com o objectivo de fortalecer as relações bilaterais entre os dois países e analisar com as autoridades portuguesas questões internacionais, nomeadamente as relativas ao desarmamento e às situações de conflito que se vivem e desenrolam em algumas regiões do globo.

Esta visita ao nosso país do mais alto responsável da política externa da República Popular da Hungria realiza-se na sequência de um convite que lhe foi feito em 1975 pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros de

Portugal, Major Melo Antunes, e recentemente confirmado aquando da deslocação oficial à Bulgária do Presidente da República Portuguesa, General Ramalho Eanes.

Recorde-se que, nessa ocasião, foram nomeadamente discutidas questões relativas à possibilidade de abolição dos vistos entre os dois países.

Portugal e a República Popular da Hungria mantêm relações diplomáticas desde 1 de Junho de 1974, na sequência da queda do regime fascista. De então para cá numerosos foram já os acordos bilaterais assinados entre delegações oficiais dos dois países.

Entre estes contam-se acordos sobre trocas comerciais, sobre transportes aéreos, sobre transportes rodoviários, de cooperação no domínio do turismo, da cooperação desportiva, da cooperação técnica e científica, de cooperação entre as Rádios e Televisões, um acordo cultural, de cooperação entre agências noticiosas, um acordo consular e sobre transportes marítimos.

O ministro Frígyes Puja é, desde 1966, membro do Comité Central do Partido Socialista Operário Húngaro, tendo sido eleito para esse posto no decorrer do IX Congresso do PSOH, e o máximo responsável das relações exteriores da República Popular da Hungria desde Janeiro de 1974.

Regulamentação das CTs Cumprir a Lei e lutar pela sua revogação

«Se fizessemos tábua-rasa da lei, as actuais Comissões de Trabalhadores tomar-se-iam juridicamente inexistentes, ainda que mesmo, num ou noutro caso, pela força organizada dos trabalhadores se impusesse a sua aceitação e o seu «funcionamento», assegurou um dos intervenientes no plenário das CTs de Lisboa e Setúbal, reunido no último sábado, no Seixal.

Esta posição é correcta e deve ser defendida por todos os trabalhadores interessados no reforço do controlo de gestão e da eficácia dos organismos representativos

dos trabalhadores nas empresas.

A regulamentação das CTs (Lei 46/79), que não contempla, no fundamental, as propostas e sugestões das organizações dos trabalhadores, impõe duas grandes tarefas paralelas: cumprir a Lei, ao mesmo tempo que se luta pela sua revogação.

Nesse sentido decorreu, aliás, o plenário do Seixal, convocado pelas cinturas industriais de Lisboa (CIL) e de Setúbal (CIS), bem como outras tomadas de posição dos trabalhadores organizados, como seja a moção aprovada

sobre o assunto no Plenário da CGTP-IN.

Como a Lei das CTs é obscura e são muitas e graves as inépcias da sua formulação, a CGTP-IN elaborou e distribuiu, entretanto, um «guia prático», um conjunto de regras, para obviar às deficiências da Lei e proporcionar uma interpretação cuidada e rigorosa da regulamentação por parte dos trabalhadores.

Não se pode perder de vista o facto de o patronato reacçãoário e as forças políticas que o representam não querem esta Lei, nem nenhuma outra. Tentam destruir os organismos repre-

sentativos dos trabalhadores nas empresas.

A Lei 46/79, como assinala a CGTP-IN, vem seguramente permitir, pela maneira como está redigida, ainda mais pretextos para «dificultar o obstruir a institucionalização e a acção das CTs e Coordenadoras».

Sendo assim, mais razão há para evitar os «burocras» da lei, interpretando-a de acordo com as regras práticas divulgadas pela CGTP-IN, em todos os seus aspectos e designadamente quanto a prazos, incluindo o de 17 de Dezembro próximo, data limite para a aprovação de novos estatutos.

Conferência Nacional do PCP para a vitória democrática

A Conferência foi um primeiro passo para uma vasta mobilização!

Através das intervenções feitas, da participação de mil delegados e na presença calorosa de milhares de convidados, a Conferência provou que era possível alcançar os objectivos que o Comité Central do Partido Comunista definira para as próximas eleições: atingir uma derrota à direita; manter na Assembleia da República uma maioria democrática, reforçar com mais deputados o grupo parlamentar do PCP. A Conferência provou ainda que a organização do Partido se encontra mobilizada para a verdadeira batalha que vai constituir o processo eleitoral. Provou também que é maior a audiência das massas, dos trabalhadores, dos democratas, as propostas do PCP e dos seus aliados e que também nas eleições para as autarquias, comunistas e outros democratas vão aumentar substancialmente nos órgãos de poder local a representação do Povo Unido.

No interior do Pavilhão da Académica, na extensa mesa da presidência sentaram-se dezenas de camaradas de todo o país, além dos membros da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. Tudo estava devidamente preparado para os trabalhos desse domingo.

Os delegados receberam em tempo os documentos que estudaram e aos quais puderam propor as suas emendas. A imprensa, que dispunha de bancada própria, recebia simultaneamente cópias das mais importantes intervenções.

E, apesar das nuvens que descarregaram chuva sobre esse domingo, apesar do trabalho que concentrava a participação dos delegados e a atenção dos convidados, foi também um dia de Festa, feita dos encontros que, ao intervalo, se multiplicavam, nos pavilhões de comes-e-bebes, instalados cá fora.

Eram precisamente 9,30 quando o camarada **José Vitoriano**,

membro da Comissão Política do CC, pôs à aprovação da Conferência a composição da mesa e sucessivamente o regulamento, o secretariado, as comissões de Verificação de Mandatos e de Redacção, a Ordem de Trabalhos. Todas estas propostas foram aprovadas por unanimidade.

A primeira intervenção foi proferida pelo camarada **Joaquim Gomes**, membro do Secretariado e da Comissão Política, que expôs as linhas mestras e objectivos da Conferência e saudou os membros do MDP/CDE presentes na bancada dos convidados especiais, vibrantemente aplaudidos por todos.

Traçando depois o quadro político em que ambos os actos eleitorais se vão realizar, discursou seguidamente o secretário-geral do Partido, camarada **Álvaro Cunhal**.

Na primeira parte dessa manhã tomaram ainda a palavra os camaradas **Fernando Oliveira**, membro da DORSA e candidato por Santarém, e **Jorge Leite**, da Organização dos Professores de Coimbra, do PCP, que falou em nome de Direcção da Organização Regional da Beira Litoral.

A segunda parte, ainda de manhã, e também abrangendo o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos — eleições Interiores — foi preenchida pelas intervenções de **João Duarte**, da DORM, que falou dos dois distritos do Minho, onde as forças reaccionárias são ainda predominantes, mas onde ganha força a ideia de levar a voz do Povo Unido à Assembleia da República.

O camarada **Carlos Brito**, membro da Comissão Política do CC, que dirigiu durante três anos o grupo parlamentar comunista na AR, falou depois a palavra, falando sobre as candidaturas do PCP e o papel dos deputados comunistas, seguindo-se **José António Casmarinha**, membro suplente do Comité Central, em

nome da DORA, e **Mário Abrantes da Silva**, da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores.

A análise dos problemas da propaganda eleitoral e as tarefas dos comunistas nesse âmbito foram os temas abordados na intervenção do camarada **Aurélino Santos**, membro do Comité Central, a que seguiu, no uso da palavra, o camarada **José Rocha**, membro da DORAL.

O facto de, em Lisboa, a lista da APU ter sido a primeira a ser entregue e de ter ficado em primeiro lugar mereceria do camarada **José Casanova**, suplente da Comissão Política, o comentário: «Em Lisboa, o Povo Unido já vai à frente», sublinhado com aplausos que redobram quando foi lembrado o acolhimento que teve entre os militantes da ORL o facto de o camarada **Álvaro Cunhal** ser o primeiro candidato do Partido por Lisboa. Na intervenção de **José Casanova** são de salientar ainda as propostas que a Organização de Lisboa fez aos candidatos da APU.

Artur Vidal Pinto, membro do Comité Central e da DORP sublinhou, por seu lado, a convicção de que a expressão eleitoral comunista no Porto ganhará maior homogeneidade, respondendo não só à influência social e de massas do PCP como ao desenvolvimento da sua organização, que cresceu 70 por cento desde as últimas eleições.

Particularmente aplaudida foi a intervenção da camarada **Alda Nogueira**, membro do Comité Central, que falou sobre a mulher e as eleições, destacando a necessidade de um trabalho de esclarecimento e a confiança de que a organização do Partido estará conquistada para essa tarefa.

O último orador da manhã foi o camarada **Armando Morais**, membro do CC e da DORBI.

Depois do intervalo para almoço,

continuaram as intervenções ainda sobre o primeiro ponto. Desta vez a presidência coube ao camarada **José Casanova**, durante a sessão que teve início às 13 horas.

Seguiram-se na tribuna os camaradas **Amadeu Rodrigues**, da Comissão de Freguesia de Alcântara, que abordou o papel dos reformados nas próximas eleições **José António Amador**, pescador e membro da Comissão Concelhia de Peniche, que falou em nome da ORLEI, **Ávelino Martins**, suplente do CC e membro da DORT, **Carlos Ramalhes**, do CC da DORS, **Manuel de Sousa**, da DORAM, **Fernando Rodrigues**, da Juventude, que abordou o papel dos jovens, anunciando o processo da unificação das organizações de jovens comunistas para breve. A finalizar o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos interveio o camarada **Manuel Ramos**, emigrante, candidato da APU pela Europa.

Depois de um curto intervalo, os trabalhos prosseguiram, abrindo o camarada **Carlos Costa** as intervenções sobre as eleições para as autarquias e sublinhando no seu discurso o significado político deste processo que levará 65 955 portugueses aos diversos lugares do Poder Local.

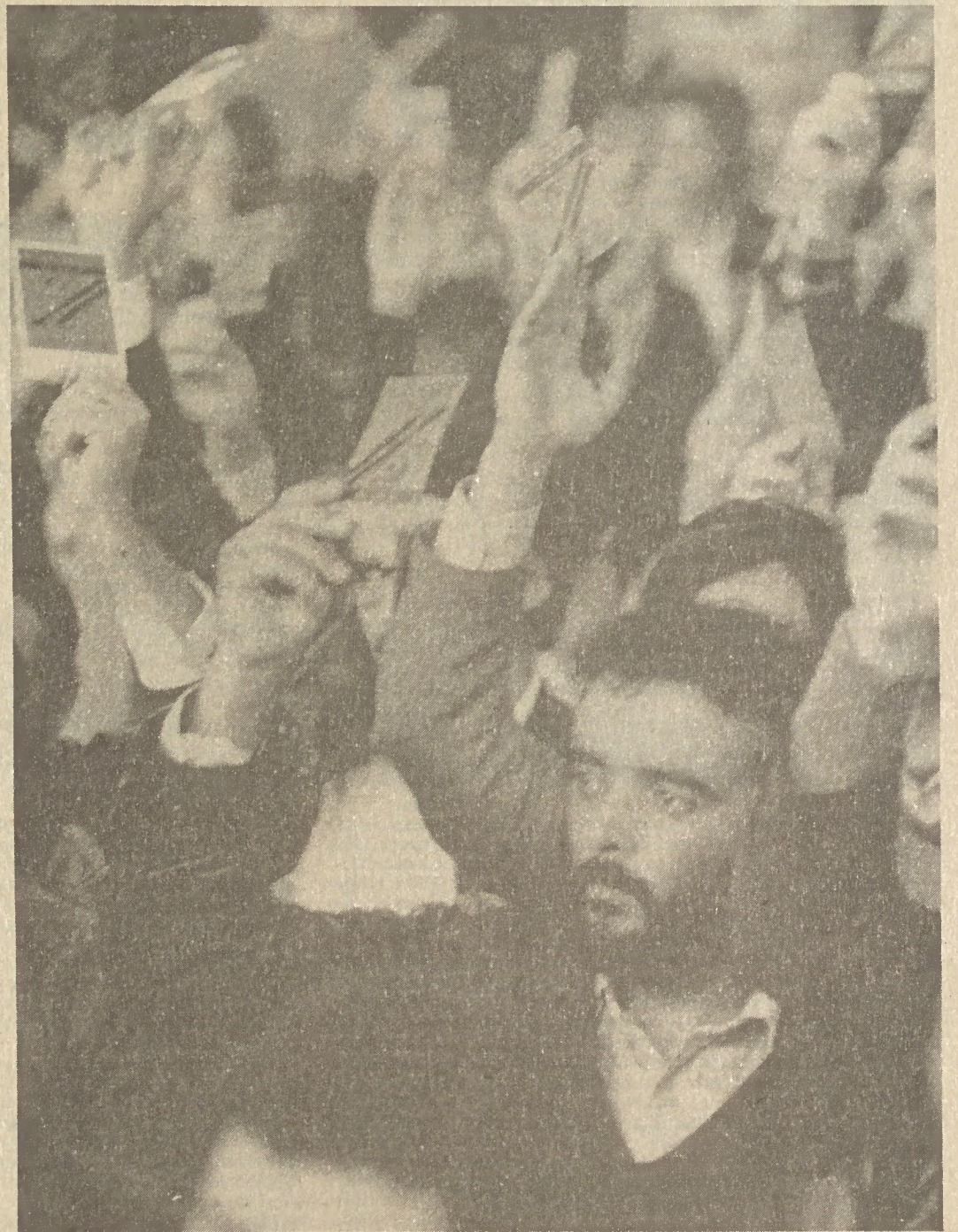
Vinte e uma intervenções de camaradas de todas as partes do país deram destaque aos problemas da administração local, ao papel do Povo Unido tanto nas autarquias onde detém a maioria, como naquelas onde apenas tem número reduzido de eleitos. Presidentes de Câmaras, vereadores municipais e de freguesias, membros de Assembleias Municipais e de Freguesia, camaradas especialmente conhecedores de problemas de gestão local sucederam-se na tribuna até final da Conferência.

Falou em primeiro lugar o camarada **Romão**, membro da Comissão Concelhia da Amadora, seguindo-se **José Vieira**, suplente

do CC, Presidente da Câmara de Almada e membro da respectiva Concelhia, **Filipe das Neves**, da Comissão Distrital de Portalegre, **Eduardo Gaspar**, da Madeira, **Carlos Alberto Gomes**, da Comissão Concelhia de Coruche e presidente da Câmara, **Domingos Oliveira**, suplente da CC e membro da DORBI, **Maria Manuela Serra**, da Comissão Concelhia da Feira, **Joaquim Cartaxo**, da Concelhia de Leiria, **Justino Santos**, presidente da Câmara de Odivelas e membro da Comissão Concelhia, **Alberto Januário**, da Concelhia de Coimbra, **Jorge Cordeiro**, da DORL, **Manuel Pereira**, da Concelhia de Alijó, **Carlos Paredes**, da Concelhia de Lamego, **José Gomes**, vereador das Lajes e membro da Comissão da Ilha de São Miguel, **Luís Moreira**, da Concelhia de Viana do Castelo e presidente da Junta de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo, **Manuel Mota**, vereador de Vila Real de Santo António, **Custódio Manuel**, vereador de Montemor-o-Novo e membro da Concelhia, **Fátima Neves**, da DORM e da Comissão Distrital de Braga, **Eufrásio Filipe**, presidente da Câmara do Seixal e membro da Comissão Concelhia, **Horácio Henriques**, da DORP, e **Luís Sá**, da Comissão junto do Comité Central para o Trabalho nas Autarquias.

De pé, os 981 delegados presentes e os dois milhares e meio de convidados guardaram um minuto de silêncio em memória dos trabalhadores assassinados em Montemor-o-Novo.

Finalmente, aprovados os documentos fundamentais da Conferência, por unanimidade e aclamação, ouvidos os últimos acordos do hino, os comunistas voltaram às suas terras e às suas tarefas. Acabada a Conferência, deu-se início ao gigantesco trabalho que culminará com uma significativa vitória do Povo Unido!



Um momento da votação na Conferência da Amadora, que assinalou mais uma vez a coesão e a firmeza de todo o Partido ali representado numa altura em que todas as energias convergem para a defesa consequente dos mais legítimos direitos e interesses de todo o Povo através da vitória democrática nas próximas eleições.



Declaração de princípios do PCP

A vitória da APU nas eleições autárquicas para a defesa dos interesses das populações

1. Vão realizar-se eleições para as autarquias no próximo dia 16 de Dezembro.

A realização destas eleições nos exactos prazos e termos previstos na legislação existente representa desde já uma importante vitória da APU, do regime democrático e do Povo Português.

Ficou assegurada a defesa do carácter essencialmente democrático da administração local portuguesa, cuja característica fundamental é tornar possível a mais ampla participação popular. Na verdade, em Dezembro de 1979, 1 em cada 103 eleitores tomar-se-á membro de um órgão de poder local. Haverá 65 955 portugueses que serão membros de órgãos autárquicos.

2. A base social e política de apoio da Aliança Povo Unido que se apresentará às próximas eleições para as autarquias representa uma unidade muito mais vasta do que a coligação do PCP e do MDP/CDE que lhe serve de suporte jurídico.

Nas últimas eleições de Dezembro de 1976, 60% dos candidatos do Povo Unido para as Assembleias de Freguesia não eram militantes do PCP nem do MDP/CDE. É já certo que esta larga participação nas listas da APU de democratas, com e sem partido, que não são militantes nem do PCP nem do MDP/CDE será mantida e mesmo aumentada.

3. Nestas eleições os objectivos da APU serão:

- Ganhar novas Câmaras e Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia;
- Obter mais mandatos nos órgãos de poder local em que já tem representação;
- Procurar obter mandatos em todas as Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia a que se concorre e na grande maioria das Câmaras Municipais;
- Garantir a vitória das forças democráticas, derrotar as forças reaccionárias e desalojar caciques reaccionários de posições que detêm nas autarquias.

4. Para a realização destes objectivos deram-se já importantes passos. Em 1976 o Povo Unido concorreu em 288 Câmaras

e Assembleias Municipais e agora concorrerá nas 305 Câmaras e Assembleias Municipais existentes no continente e nas Regiões Autónomas. O Povo Unido concorrerá nas últimas eleições em 1129 Assembleias de Freguesia com listas próprias. A APU concorrerá agora a mais do dobro do número destas freguesias.

O número de votos, o número de eleitos da APU será consideravelmente aumentado.

A APU alcançará a maioria num número mais elevado de concelhos e freguesias.

5. A certeza do êxito vem do trabalho realizado.

- As autarquias eleitas em Dezembro de 1976 resolveram muito mais problemas do que as autarquias do fascismo. As autarquias com maioria da APU fizeram mais em importantes sectores em 3 anos do que as autarquias do fascismo em 48 anos e, sem dúvida, fizeram mais do que as autarquias com maioria de outras forças políticas;
- Os eleitos da APU, mesmo em minoria, afirmaram-se entre os mais competentes, dedicados e isentos gestores das autarquias;
- Afirmaram-se pela sua firmeza na defesa dos interesses das populações, pelo combate ao caciquismo e à corrupção, pela defesa das liberdades, da legalidade democrática e do 25 de Abril;
- Afirmaram-se pelo seu espírito aberto e unitário e pela cooperação com os eleitos de outras forças políticas.

6. É com base no trabalho realizado e com a consciência de quem tudo fez para cumprir os programas que há três anos apresentou aos eleitores que o PCP afirma a sua confiança numa grande vitória da APU nas eleições para as autarquias.

O trabalho realizado, que já se reflectiu claramente nos resultados das eleições suplementares para as Câmaras e Assembleias de Freguesia, traduzir-se-á agora num grande reforço da confiança popular na Aliança Povo Unido.

Certo de merecer a confiança e voto dos eleitores e reafirmando a sua determinação em promover uma política unitária que, servindo as populações, reforce o poder local democrático, o PCP reitera a sua firme convicção de que nas eleições para as autarquias, um grande reforço do número de votos e posições da APU contribuirá decisivamente para a derrota da reacção, dificultará as alianças do PS à direita, favorecerá

a unidade das forças democráticas e assegurará a defesa dos interesses das populações.

Nas eleições para as autarquias o voto útil, seguro e certo no Portugal de Abril é o voto na Aliança Povo Unido.

7. Os comunistas, através dos mandatos que obtiverem nas próximas eleições, lutarão e trabalharão para:

- Resolver os problemas mais prementes das populações, em particular dos trabalhadores, e melhorar as suas condições de vida, designadamente, no domínio da habitação, abastecimento de água, electrificação, esgotos e lixos, estradas, caminhos e transportes, educação e ensino, saúde, segurança social, cultura e defesa do património cultural, desporto, turismo, defesa do ambiente, abastecimento público, segurança dos cidadãos, etc.;
- Apoiar e prestar atenção aos problemas do desenvolvimento económico, designadamente, da agricultura, indústria e comércio, contribuindo dessa e outras formas para a luta contra o desemprego que atinge em especial a juventude e as mulheres;
- Impedir ao trabalho nas autarquias um estilo de unidade e cooperação entre todos os eleitos interessados na resolução dos problemas das populações, independentemente das forças políticas que os fizeram eleger;
- Zelar pela honestidade e isenção da actividade dos órgãos autárquicos, combatendo a corrupção, o compadrio e o caciquismo;
- Informar e prestar contas permanentemente da gestão e da actividade dos eleitos da APU às populações;
- Defender e melhorar as leis sobre a estrutura, composição e competências dos órgãos das autarquias; garantir a aplicação integral da Lei de Finanças Locais e assegurar a entrada em vigor da Lei de Delimitação de Responsabilidades da Administração Central e Local em matéria de investimento;
- Proceder à reorganização e adaptação dos serviços das autarquias às novas responsabilidades que assumiram e vão assumir;
- Prosseguir a delegação de competências e desconcentração de meios de acção municipais para as freguesias de forma a garantir uma acção eficiente permitindo a resolução mais rápida dos problemas das populações;
- Assegurar o funcionamento regular, eficaz e demo-

crático de todos os órgãos de poder local previstos na Constituição;

- Incentivar a participação popular na gestão das autarquias e, designadamente, pela inserção directa das Comissões de Moradores nas Assembleias de Freguesia;
- Defender e promover a participação nos Conselhos Municipais dos Sindicatos, Comissões de Trabalhadores, Comissões e Associações de Moradores, Conselhos Directivos de Baldios, Comissões de Aldeia, Bombeiros, UCP's e Cooperativas Agrícolas, Cooperativas de Habitação, de Produção e de Consumo, Colectividades, organizações de agricultores, de mulheres, de jovens, de reformados, pensionistas e idosos, de deficientes, etc.;
- Contribuir para resolver os problemas das classes e camadas médias, designadamente, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais;
- Apoiar os sectores da população que requerem maior atenção e auxílio (crianças, terceira idade, deficientes e desempregados), contribuindo para melhorar as suas condições de vida;
- Apoiar as justas reivindicações dos trabalhadores das autarquias, o escrupuloso respeito pelos seus direitos e pelas suas organizações de classe, a informação regular acerca da gestão da autarquia e o apoio à valorização e plena realização profissional dos seus trabalhadores;
- Defender com firmeza as liberdades, a Reforma Agrária e as outras conquistas de Abril e o regime democrático consagrado na Constituição.

8. Votar e eleger elementos do Povo Unido significa que as populações garantirão nos órgãos autárquicos a presença de representantes fiéis dos seus interesses, lutadores firmes pela resolução dos problemas locais, defensores do alargamento e aprofundamento da democracia e da participação popular, opositores consequentes aos compadrios, corrupção, ilegalidades, desinteresse e demissionismo verificado em inúmeros órgãos em que dominam as forças reaccionárias e o próprio PS.

Com absoluta confiança nos trabalhadores e no povo, o PCP apela a todos os seus militantes e simpatizantes, a todos os democratas do Povo Unido para, com abnegação entusiasmo e determinação, trabalharem para a vitória da ALIANÇA POVO UNIDO.

Semana

10
Quarta-feira

1978 — A Assembleia da República começa a discussão e a votação na especialidade da Lei das Finanças Locais.

O Conselho de Ministros determina a abolição da portagem na Ponte de Vila Franca de Xira, determinação que entrará em vigor no próximo dia 1 de Novembro ■ A direcção do Sindicato de Hotelaria do Funchal acusa o governo regional da Madeira de boicotar a aplicação da PRT do sector, já publicada há sete meses ■ Em comunicado, as Unões Distritais de Agricultores/Confederação Nacional (UDAs/CN) voltam a acusar o ex-ministério de Vaz de Portugal de compadrio e corrupção a propósito da atribuição "excepcional" de cerca de 150 000 contos do Crédito Agrícola de Emergência à família do presidente da CAP, José Maria Queiroga, e à família dos agrários Uva ■ Em conferência de imprensa os representantes dos trabalhadores do Fundo de Fomento da Habitação denunciaram a situação de impasse em que este organismo se encontra, devido aos sucessivos adiamentos da publicação de um diploma orgânico para o FFF ■ O Provedor de Justiça, José Magalhães Godinho, anuncia que iniciou um inquérito à forma como tem vindo a ser aplicada a "lei Barreto".

11
Quinta-feira

1910 — O Brasil reconhece a República Portuguesa. Seguem-se, durante a vigência do Governo Provisório, a Suíça, a Argentina, a Nicarágua, o Uruguai, a China, os EUA, a Guatemala, a Bélgica, a Holanda, e o México.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, regressa a Portugal após uma visita oficial de quatro dias a França ■ A União Cooperativa Promoção Camponesa, de Grândola, promove uma conferência de imprensa para dar conta da situação da Reforma Agrária naquele concelho, divurgando que o secretário de Estado da Estruturação Fundiária, Pereira Gaspar, garantiu que o MAP actuará imediatamente para repor a legalidade nos casos de reservas ilegais ■ Em conferência de imprensa é divulgada a composição das listas e as linhas essenciais da candidatura da UEDS às próximas eleições intercalares ■ A Associação Social Democrata Independente (ASDI) anuncia que os seus membros poderão participar nas eleições para as autarquias locais, integrados em listas de outras formações partidárias ■ Os trabalhadores da fábrica do Porto da multinacional Pireh, da RFA, entram em greve da fome (que terá um carácter progressivo, em termos de participação) como meio de obrigar a administração a iniciar um diálogo que conduza à solução satisfatória do conflito na empresa (o encerramento pretendido pela administração, sem assegurar a manutenção dos postos de trabalho).

12
Sexta-feira

1431 — É criado um curso de Astronomia na Universidade de Lisboa.

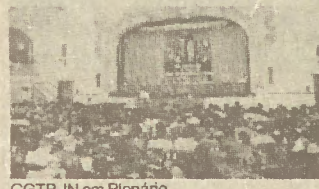


Metalúrgica Duarte Ferreira

O ministro da Administração Interna, Costa Brás, anuncia que o inquérito interno da GNR aos assassínios de Montemor-o-Novo transita, na próxima segunda-feira, para a Polícia Judiciária Militar ■ Os trabalhadores de moagens e massas alimentícias do Sul e Centro efectuam uma greve de 24 horas, que contou com elevada adesão ■ Segundo informação do Ministério do Trabalho, no primeiro semestre de 1979 registaram-se 654 despedimentos ■ A Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira (Tramagat) divulga uma carta aberta dirigida ao Governo, onde se denuncia que apenas este, através do Ministério de Indústria e Tecnologia, parece interessado e empenhado na solução de falência da MDF ■ Representantes dos trabalhadores da CORAME e da estrutura sindical expõem ao chefe de gabinete do Primeiro-Ministro as preocupações do pessoal daquela empresa pelas consequências que poderão advir com o prolongamento da greve iniciada há dois meses, logo após a desintervenção, propondo que o processo de desintervenção seja revisto pelo Governo e que este tenha em conta a vontade dos trabalhadores e os interesses da economia nacional ■ O Conselho de Ministros aprova o projecto do decreto-lei do Estatuto da Carreira Docente Universitária.

13
Sábado

1666 — Morre em Lisboa o escritor D. Francisco Manuel de Melo. Tinha 55 anos de idade.



CGTP-IN em Plenário

Cinco empresas portuguesas estão presentes na edição deste ano da "K-79", a maior feira mundial especializada do sector dos plásticos e da borracha, que decorre em Düsseldorf até ao próximo dia 17 ■ O Ministério da Comunicação Social informa que a Presidência da República vai promover uma mesa-redonda sobre "A Nova Ordem Internacional", cuja organização terá o patrocínio da UNESCO ■ Realiza-se um Plenário da CGTP-Intersindical Nacional na Voz do Operário, em Lisboa, onde é marcada a data do III Congresso dos Sindicatos Portugueses para 6, 7, 8 e 9 de Março do próximo ano, sendo ainda aprovado o respectivo regulamento e a Ordem de Trabalhos e uma importante resolução sobre a situação político-sindical ■ Reúnem-se as Comissões de Trabalhadores (CTs) dos distritos de Lisboa e Setúbal em plenário convocado pelos Secretariados da CIL e CIS, que decidem, nomeadamente, "relembrar à Assembleia da República a eleger em 2 de Dezembro" que a Lei n.º 46/79 que regulamentava a actividade daquelas estruturas não contempla "no fundamental, as propostas e sugestões das organizações dos trabalhadores".

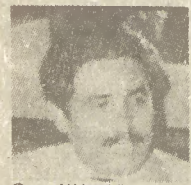
14
Domingo

1782 — Morte de Ribeiro Sanches, médico e filósofo, autor de várias obras sobre Medicina, Higiene e Educação.

Realiza-se na Amadora a Conferência Nacional do PCP onde cerca de mil delegados vindos de todo o território nacional discutiram os dois pontos da agenda de trabalhos: eleições intercalares e eleições para as autarquias ■ Freitas do Amaral, num comício realizado em Bragança, afirma "que se desengane a PS, pois nenhum Partido da Aliança Democrática fará sozinho nenhuma aliança seja com quem for e, nomeadamente, com o PS", estando presente a ovação do deputado espanhol da UCD Victor Carrascal que, na sua intervenção, incitou os presentes a votarem na Aliança Reaccionária.

15
Segunda-feira

1921 — Publica-se em Lisboa o 1.º número da revista "Seara Nova".



Omar Al-Hamidi

O Conselho Permanente do Episcopado emite uma nota pastoral a respeito dos próximos actos eleitorais onde se lê, nomeadamente, que a Igreja "não aceita que nenhum partido ou movimento, ou dirigente político se arvore em defensor exclusivo ou privilegiado do pensamento e interesses da Igreja" ■ A Aliança Povo Unido (APU) apresenta ao Tribunal do Funchal um pedido de impugnação do "cabeça de lista" do PPD, José Maria da Silva, baseado no facto de este indivíduo ter exercido as funções de subdelegado da censura, cargo para o qual foi nomeado em 1965 ■ Chega a Lisboa Omar Al-Hamidi, secretário-geral do Congresso do Povo Árabe, para participar nos trabalhos preparatórios da Conferência Mundial de Solidariedade com o Povo Árabe e a Palestina, que decorrerá no início de Novembro, no nosso País.

16
Terça-feira

1570 — Morre o historiador e autor de obras pedagógicas e doutrinárias João de Barros.

Uma delegação portuguesa composta por nove pessoas encontra-se em Madrid para assistir a uma conferência sobre integração na CEE e as suas consequências noutros países mediterrânicos e latino-americanos, sendo o objectivo da delegação portuguesa expor as fortes reservas que existem quanto às vantagens que a integração lusa na CEE terá para a nossa economia ■ A taxa de inflação em Portugal foi a terceira mais elevada dos 24 países da OCDE, segundo dados desta Organização

Conferência Nacional do PCP

Camaradas de vários pontos do país falam à reportagem do «Avante!»

As perspectivas eleitorais, nomeadamente em regiões tradicionalmente consideradas «difíceis» foi o tema sobre o qual ouvimos alguns camaradas no decorrer dos trabalhos da Conferência Nacional: delegados de Viseu, Minho (Braga e Viana do Castelo), de Aveiro, de Leiria e de Lisboa dos quais aqui ficam as vozes, as esperanças, a combatividade.

Viseu: nítida quebra das forças de direita

Manuel Diogo Azevedo Marques, empregado de escritório, membro da Comissão Concelhia de Mangualde, Viseu, candidato às eleições para a Assembleia da República, diz-nos:

— Começo por citar um facto: em Dezembro de 1976, concorremos apenas em 47 freguesias do distrito de Viseu; neste momento já temos 60 listas completas para as autarquias e estamos a pensar concorrer em cerca de 200 freguesias. Isto é tanto mais revelador quanto tivermos em conta a composição de classe predominante no distrito. Freguesias urbanas com composição maioritária da classe operária são praticamente duas: Mangualde, onde existem as fábricas da Citroën, e Canas de Senhorim, no concelho de Omeias, com a Companhia Portuguesa dos Fornos Eléctricos, com cerca de 500 trabalhadores, e as minas de urânio da Urjéria. Tirando estas pequenas ilhas, o distrito de Viseu é essencialmente rural.

Ora, nas freguesias rurais o trabalho foi difícil dada a influência dos caciques, o domínio da reacção. No entanto, este domínio, esta influência têm vindo a ser quebrados, a própria vida tem esclarecido as populações. E, assim, assistimos a um já significativo movimento de rendeiros e de outros pequenos e médios agricultores. Hoje a influência do Partido faz-se sentir, contamos já com o apoio de alguns membros agricultores do distrito. E na formação de listas para as autarquias

é visível o passo que foi dado no esclarecimento das populações: nas listas surgem rendeiros e trabalhadores, operários e serviços, a par de médicos e intelectuais. O aumento da nossa influência entre as mulheres é igualmente significativo. No concelho de Mangualde surgem mais de 10 mulheres como candidatas nas quatro listas já concluídas.

Tudo o que referi leva-nos a contar com uma subida considerável de votação nas nossas listas, subida que será evidente não só nos concelhos do Sul, de maioria operária, mas também nos do Norte, fundamentalmente rurais. Claro que enfrentaremos dificuldades no trabalho eleitoral porque a direita não hesitará em recorrer a provocações e tentativas de desestabilização. Não podemos esquecer que esta zona foi particularmente atingida pelo terrorismo: em Mangualde houve quatro atentados bombistas. Estamos preparados para enfrentar politicamente esses problemas, e os seus efeitos de intimidação não serão iguais aos obtidos no passado. Há zonas no distrito onde as liberdades democráticas já existem: lê-se o «Avante!» na rua e isso não era possível há quatro ou há três anos. A modificação das condições em virtude do nosso trabalho difícil, lento mas seguro, leva-nos a apontar o nosso trabalho a ver se conseguimos levar a voz do Povo Unido à Assembleia da República. É difícil mas não é de todo impossível.

Povo do Minho já experimentou o que é a direita nas autarquias

João Duarte, membro da DORM, estudante de Braga fala das perspectivas a nível do Minho, nos distritos de Braga e Viana do Castelo:

— O objectivo fundamental da campanha para as eleições intercalares à Assembleia da República, como é evidente, é trazer à Assembleia da República deputados eleitos pelo Minho, nos distritos de Viana do Castelo e de Braga. O objectivo das eleições para as autarquias é de concorrer na maior parte das freguesias dos concelhos de Guimarães, Braga, Viana e Famalicão (aqui pensamos concorrer em todas) e nos outros concelhos o esforço é para concorrer no maior número possível de freguesias.

Neste momento estão já concluídas 250 listas no distrito de Braga, que conta com 511 freguesias, e no distrito de Viana estão completas cerca de 70 listas. O outro objectivo das eleições autárquicas

é aumentar a votação nas listas APU, ganhar as freguesias mais importantes dos concelhos industriais, por mais vereadores nas Câmaras Municipais onde já temos vereadores, como é o caso de Braga e Guimarães.

Claro que a região do Minho tem problemas vários que reflectem de certa forma a predominância das forças de direita: o grande atraso da maior parte dos concelhos, os problemas de ausência de saneamento básico, os problemas de equipamento, do ensino e da cultura, enfim, os problemas do desenvolvimento regional. A direita tem demonstrado que é incapaz de os resolver, ao mesmo tempo que pretende convencer as populações de que os seus interesses são coincidentes com as aspirações populares. Por outro lado, a política dos sucessivos governos de direita, o ataque às liberdades, à Constituição, a repressão, reflec-

tem-se muito vivamente no distrito por obra das entidades patronais, que violam os direitos dos trabalhadores, por obra dos senhorios ricos que, à sombra da lei do PPD, têm despojado muitas centenas de rendeiros.

Na realidade, neste momento o feudo da reacção no Norte começa a desmoronar-se. É somente um começo mas corresponde já a uma grande transformação relativamente à influência do caciquismo. Desenvolvem-se as Ligas e outras formas de associação dos pequenos e médios agricultores, o movimento de rendeiros cresce, organizam-se as Comissões de Arrendamento Rural, as Comissões Unitárias de Mulheres, aumenta o prestígio do movimento sindical unitário, ganha maior força o movimento dos Reformados, das Comissões de Moradores: tudo isto faz que a direita comece a perder o feudo que considerava seguro.

Outro aspecto que tem conduzido à perda da influência da direita é que o povo do Minho já tem uma pequena — e nem por isso menos pesada — experiência do que significa a direita governar este País: o povo do Minho sofre bem as consequências dos governos de direita, nomeadamente do PS, até ao aumento brutal dos preços dos produtos fundamentais para a agricultura, a falta de escoamento da produção agrícola e a falta de uma política de preços compensadores.

Outro aspecto que joga contra a direita é que nas Câmaras de influência de direita surgem casos escandalosos de corrupção na gestão autárquica: Vila Verde, Amare, junta de Góães, Valença são alguns dos exemplos. Aliás, de um modo geral, as autarquias

dominadas pela direita são autárquicas funcionando tipo antes-dos-25 de Abril onde o esforço para resolver os problemas concretos das populações são praticamente nulos, onde vigora o caciquismo.

Claro que apesar da perda de influência da direita e do aumento da adesão às forças democráticas, ao Partido, mantêm-se várias dificuldades. A menor não será o facto de em alguns lugares de culto assistirmos a uma estranha mistura de política partidária de direita nas homilias, e o que tem levado alguns católicos a abandonarem as missas e não está de acordo com a doutrina social da Igreja nem com as declarações do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, que no Brasil disse muito claramente que a «Igreja não impõe uma política partidária aos seus fiéis». Em alguns lugares de culto no Minho, estas palavras não são seguidas. Claro que nós não confundimos estes factos. Nós respeitamos firmemente as convicções individuais mas não misturamos os interesses de grandes proprietários e de caciques locais que se dizem católicos com os interesses e aspirações da população católica.

É de esperar que a campanha eleitoral decorra num ambiente de desenfreio anticomunismo por parte das forças de direita. Mas sabemos que a reacção não tem já a força de 1975. Quanto a nós, a linha da nossa actuação será a de mostrar aos trabalhadores, as populações, em quem é útil votar e porquê, levantando e debatendo os problemas dos pequenos e médios agricultores, dos rendeiros, de outros trabalhadores, mostrando-lhes como a solução dos seus problemas, tal como o ultrapassar do estado de atraso da região do Minho em geral, só se contém na vitória da democracia através de uma grande votação nas listas APU.

Ex-PS e ex-PPD's, em Aveiro, nas listas da APU

Manuela Vaz Serra, da Comissão Concelhia de Vila da Feira, e do Secretariado da APU, eleita à Assembleia Municipal em 1976 e candidata e deputada pelo distrito de Aveiro nas eleições intercalares, disse ao «Avante!»:

— No distrito de Aveiro é notório o crescimento da influência das forças progressistas, nomeadamente do nosso Partido. As facilidades com que temos deparado para a formação de listas é disso prova, de tal forma que conseguimos trazer para as listas da APU democratas de grande prestígio, quer independentes, quer votantes do PS no passado, quer até alguns PS ligados à campanha eleitoral de 1976, e também ex-PPD's. Não só por este facto temos esperanças de aumentar a votação democrática no distrito, mas também porque as eleições suplementares para as autarquias, sucedidas entretanto no distrito dão perspectivas animadoras. Aponto, como exemplo, o caso de Cabreiras, uma zona serrana, isolada, onde em 1976 não conseguimos concorrer e nas suplementares autárquicas em 1978, conseguimos eleger três

elementos APU. Outro caso é o de Rio Meão, concelho da Feira, onde em 1978 aumentámos a nossa votação em mais de 200% — de 60 para 195 votos — conseguindo eleger um elemento da APU. Em 1976, a então FEPU apresentou listas em 39 Assembleias de Freguesia e apoiou 36 listas de cidadãos eleitores. As perspectivas de hoje são de concorrer às 19 Câmaras e Assembleias Municipais e a cerca de 150 Assembleias de freguesia, o que representa um aumento de 380%. O nosso objectivo é pois levar ao máximo de órgãos autárquicos representantes do Povo Unido. Quanto às eleições para a Assembleia da República, o nosso objectivo é eleger pelo menos um deputado pelo distrito.

Para concretizar os nossos objectivos contamos com o apoio de camadas já vastas, apesar da influência de direita que ainda permanece. Em relação aos sectores podemos dizer que vimos aumentando a nossa influência fundamentalmente entre o operariado e, portanto, sobretudo a norte do distrito e no concelho de Aveiro. Em Águeda, a Sul, contamos igual-

mente com o operariado e esperamos um resultado significativo, mas as grandes empresas (por exemplo de cortiça), algumas contando com mais de 400 trabalhadores, situam-se sobretudo a norte. Temos também obtido alguns sucessos junto de outros sectores: nos intelectuais, nos empregados, no funcionalismo público e no campesinato, ainda que neste caso a nossa influência fique aquém do que é possível e do que desejamos. Outro sector onde a influência da APU e do Partido tem aumentado consideravelmente é o das mulheres. Sobre tudo

através do trabalho desenvolvido nas autarquias — o trabalho dos eleitos da APU —, ao qual as mulheres revelam uma sensibilidade de muito especial, pensamos que muitas mulheres estão a ser ganhas para um voto na esquerda, porque querem os seus problemas mais graves resolvidos. Do mesmo modo em vários concelhos, porque lutamos por uma vida digna para a terceira idade, estamos a ganhar influência entre os reformados. E este aumento de influência reflectir-se-á, sem dúvida, no aumento de votação nas listas APU.

Pequenos e Médios Agricultores não devem esquecer acção da CAP!

António Anacleto, pequeno agricultor de Alenquer, distrito de Lisboa membro suplente do CC do PCP, fala ao «Avante!» especialmente das perspectivas eleitorais relativamente aos pequenos e médios agricultores:

— A nossa linha de actuação no próximo período eleitoral resume-se nestes termos: fazer compreender aos pequenos e médios agricultores do distrito que a resolução real dos seus problemas depende do aumento de deputados comunistas na Assembleia e da entrada de deputados do MDP/CDE, depende da vitória das listas APU tanto nas eleições intercalares como nas eleições autárquicas. Ora, hoje as listas para as autarquias locais já se encontram muitos pequenos e médios agricultores, alguns como cabeça de lista. Isto foi possível porque os pequenos e médios agricultores compreendem que só fazendo parte das listas da APU, que só ganhando para elas uma grande votação, estão a defender os seus interesses.

Claro que a reacção joga no distrito e joga de forma muito insistente entre os pequenos e médios agricultores, procurando levá-los para seu lado. Mas é ou não verdade que os resultados da política de direita, as acções dos homens de direita, quer no Governo como em outros lugares de responsabilidade, só agravaram os nossos problemas? Vejamos o que se passa com os rendeiros despedidos às centenas por obra da

aplicação da Lei de Arrendamento Rural do PPD! Vejamos o que se passa com os pequenos e médios produtores de vinho, este ano enfrentando ainda maiores dificuldades por responsabilidade do senhor Tomás Correia, presidente da Junta Nacional dos Vinhos, ex-presidente da CAP, ex-presidente da União das Adegas Cooperativas do Oeste e que da sua presidência deixou, como memória às adegas, dividas de centenas de milhar de contos! Foi preciso que este homem de direita tomasse conta da JNV para que a questão dos vinhateiros piorasse ainda mais.

O senhor Tomás Correia ordenou a importação de 125 000 pipas de vinho em prejuízo da economia nacional e da produção, porque encontravam-se ainda muitas centenas de pipas armazenadas, o consumo tinha descido e avizinhou-se já a grande produção deste ano. Como resultado do favor deste «leader» da direita e da reacção, aos grandes armazenistas exportadores, os pequenos e médios agricultores do distrito estão a passar um péssimo bocado sem conseguir escoar o vinho ou escoando-o ao preço da chuva. Este e outros factos, eis o que é preciso não esquecer — assim como é preciso ter presente a acção dos comunistas, nomeadamente na Assembleia, em defesa do campesinato — quando forem votar. E o voto na defesa dos seus interesses é, para os pequenos e médios agricultores, o voto nas listas APU.

Leiria: grandes esperanças

José Bonito, operário vidreiro, membro da Comissão Concelhia da Marinha Grande, fala das perspectivas no distrito de Leiria:

— As perspectivas eleitorais são variadas. Há dois concelhos, Peniche e Marinha Grande, onde existem fortes possibilidades relativamente às eleições para a Câmara Municipal. São dois concelhos de maioria operária, um no sector vidreiro, outro na pesca. Relativamente aos outros concelhos há algumas esperanças porque se nota já um maior a-vontade na actuação dos comunistas. Em 1975, só na Marinha Grande se podia ser conhecido como comunista sem perigo. Neste momento, mesmo a norte do

distrito de Leiria, o Partido já pode aparecer, as provocações praticamente não existem mesmo em concelhos mais difíceis. Notam-se transformações no sector camponês que era dos com mais problemas ideológicos e dos mais sacrificados na sua vida e de todos os dias. No distrito de Leiria concorremos, em 1976, em três concelhos; ora, neste momento, já temos assegurado que concorreremos em 19 concelhos. Há perspectivas animadoras quer a nível das autarquias, quer da Assembleia, onde nos esforçaremos por eleger dois deputados. Encaminharemos todo o nosso esforço nesse sentido com a certeza de que o Partido está mobilizado e sairá reforçado das eleições.

«Para a Vitória Democrática»

Encontro de Militantes da ORL e apresentação dos candidatos de Lisboa • Comício com Álvaro Cunhal

Um Encontro de Militantes da Organização Regional de Lisboa, que encerrará, à noite, com um comício público em que participará o camarada Álvaro Cunhal, vai ter lugar no próximo domingo, a partir das 14 e 30, no Pavilhão dos Desportos em Lisboa.

Este Encontro de Militantes foi convocado pela DORL tendo em conta as conclusões da Conferência Nacional do Partido do passado domingo e a necessidade de mobilizar todos os membros do Partido para a sua aplicação no distrito de Lisboa.

O debate será encerrado com uma intervenção do camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

As 21 e 30 realiza-se um comício público de encerramento, durante o qual usará da palavra o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, bem como outros dirigentes do Partido.

Após as intervenções iniciais sobre os objectivos do Encontro seguir-se-á o debate até cerca das 19 e 30, altura em que serão lidos e colocados à aprovação as Conclusões e o Manifesto Eleitoral do Distrito de Lisboa. No início dos trabalhos deste Encontro — a maior reunião jamais realizada para a discussão de uma campanha política — intervirão os camaradas Manuel Pedro, Manuel Fernandes e António Abreu sobre as linhas de orientação para as eleições intercalares, para as autarquias e sobre questões de propaganda.

O debate será encerrado com uma intervenção do camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

As 21 e 30 realiza-se um comício público de encerramento, durante o qual usará da palavra o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, bem como outros dirigentes do Partido.

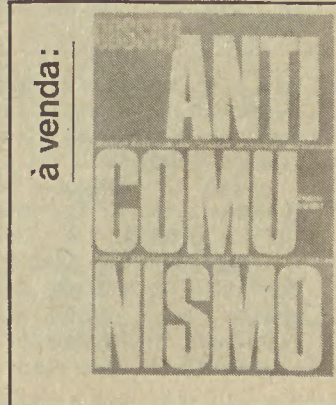
Durante o comício serão apresentados ao povo de Lisboa os candidatos da lista APU às eleições para a Assembleia da República.

Encontro no Porto

Idêntica iniciativa vai ter lugar no Porto, no próximo sábado, no Cine-Teatro Gaia, a convocação da Direcção da Organização Regional do Porto.

O Encontro de Militantes da Organização Regional do Porto inicia-se às nove horas e nele participarão cerca de um milhar de delegados das diversas organizações do distrito do Porto.

Neste Encontro estarão presentes membros da direcção do Partido, nomeadamente os camaradas Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC, e Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política.



à venda:

JOGOS OLIMPICOS MOSCOVO 80

★VIAGENS ESPECIAIS★

ORGANIZADAS PELA ASSOCIAÇÃO PORTUGAL URSS com a colaboração da

CONTACTE-NOS NA RUA DE S. CAETANO, 30, LISBOA Telef. 601099 601199 601124

trabalhador, o Portugal da Reforma Agrária e das nacionalizações, o Portugal do controlo de gestão, o Portugal do poderoso e independente movimento operário e popular, o Portugal democrático e independente a caminho do socialismo.

PARA A VITÓRIA DEMOCRÁTICA

com o PCP
com Portugal
de Abril
vota APU



POVO UNIDO

Direita emni



PRO

três reita
1.º —
2.º —
3.º —

possíveis
partidos
sam via
conjunt
1976) mis

A diron
transce
planos
revisão
do regit

PROCLAMAÇÃO DO PCP

Três grandes objectivos para as eleições de 1979

O PCP insiste em que é necessário alcançar resultados nas eleições:

- derrotar a reacção, mantendo em minoria PSD/PPD, o CDS e seus acólitos;
- eleger uma maioria democrática, designadamente de comunistas e socialistas;
- aumentar sensivelmente o número de deputados do PCP, condição indispensável para alcançar uma alternativa democrática.

Trata-se de três objectivos complementares. Sendo alcançados, abre-se a possibilidade de formar uma maioria democrática e um governo democrático.

Minoria=direita derrotada

A derrota do PSD/PPD e do CDS consiste em não alcançarem em conjunto (na Aliança Reaccionária) maioria absoluta, pelo que não terão qualquer direito a formar governo.

O PCP alerta, entretanto, desde já, para uma manipulação da opinião pública, pela qual os desaccionários, embora ficando em minoria, poderiam cantar «vitória» só porque obtenham em conjunto como aliás já tinham obtido nas eleições de 1976 os deputados que o PS.

A derrota eleitoral do PPD e do CDS deverá ter um significado político: fazer cair por terra os planos de destruição das conquistas da Revolução, de alteração da Constituição e de liquidação do regime democrático.

Um programa em oito pontos

O PCP proclama: A solução da crise política e de todos os problemas nacionais deve ser encontrada no inteiro respeito pela Constituição, pelas instituições, pela legalidade e pela ordem democrática.

Em contraste com os planos da reacção, a política que o PCP propõe ao eleitorado corresponde às necessidades objectivas do Portugal de hoje e às necessidades e aspirações do Povo português.

A política que o PCP propõe ao Povo português consta de 8 pontos fundamentais:

1. Respeito pela Constituição, estabilidade e reforço do regime democrático.
2. Garantia das liberdades e direitos dos cidadãos, da legalidade, da ordem democrática e da tranquilidade pública.
3. Contenção do aumento do custo de vida e melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das classes médias.
4. Dinamização da economia portuguesa voltada para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida do povo na base do respeito pelos limites das formações económicas (sector nacionalizado, UCPs e Cooperativas da Reforma Agrária, empresas em autogestão, cooperativas, pequena produção agrícola e industrial, empresas capitalistas).
5. Anulação e rectificação das decisões e actuações inconstitucionais e ilegais dos últimos governos, designadamente na ofensiva contra a Reforma Agrária, nas desintervenções, nos saneamentos dos democratas do aparelho de Estado.
6. Ensino e cultura ao serviço do povo.
7. Unidade das Forças Armadas e estabilidade militar.
8. Firme defesa da independência e soberania nacionais e da integridade territorial e diversificação das relações externas, amizade e cooperação com todos os povos do mundo.

Porquê a APU?

A Aliança Povo Unido (APU), formada pelo PCP e pelo MDP/CDE para as eleições da Assembleia da República, é um importante passo para a vitória democrática.

Complementar da APU constituída para as eleições das autarquias, simplifica as campanhas e o voto, porque a sigla (APU) e o símbolo (as três argolas entrelaçadas) serão iguais nas duas eleições.

A Aliança Povo Unido (APU) incentiva também uma dinâmica unitária, profundamente enraizada na experiência e no coração antifascista do Povo

português, dinâmica que interessa, atrai, une e leva à acção política e ao voto não só muitas centenas de milhar de democratas de todas as tendências, entre os quais muitos milhares de católicos, como amplos sectores que, enganados pelos partidos da direita ou desiludidos pelo PS e pelos esquerdistas se sentem inclinados à abstenção.

A Aliança Povo Unido (APU) permitirá não só a eleição certa de alguns deputados do MDP/CDE como o aumento do número de deputados comunistas e o reforço do Grupo Parlamentar do PCP.

APU: o voto útil

O voto útil na democracia não é no PS

O PS em 1976, depois de ter apelado para o "voto útil" dos democratas no PS para derrotar a direita, aliou-se a essa mesma direita.

O PS coligou-se com o CDS num governo, coligou-se com o CDS e o PPD na contra-revolução legislativa, no divisionismo sindical, na criação da UGT e dos sindicatos amarelos. Foi o PS que lançou a política dos "pacotes" e a ofensiva contra a Reforma Agrária, as desintervenções em benefício do patronato sabotador. Deve-se ao PS toda uma série de leis e projectos de lei contra os direitos dos trabalhadores e as conquistas democráticas: a lei

O voto útil na democracia não é nos esquerdistas

Prosseguem uma actuação de divisão sistemática dos trabalhadores e dos democratas. Em

O voto útil na democracia é no PCP, é na APU

O entendimento dos democratas, designadamente do PCP e do PS. É o único voto que, reforçando o grupo parlamentar do PCP

Ao longo dos anos, os esquerdistas têm feito sempre o jogo da direita, escolhendo os mesmos alvos para os seus ataques. Tomam o PCP como alvo principal.

O voto na APU é um voto em forças políticas fiéis aos interesses do povo trabalhador e aos objectivos democráticos. É um voto na maioria democrática, um voto para o entendimento dos democratas, reforçando o grupo parlamentar do PCP

Barreto, o projecto Gonelha, a lei sobre as comissões de trabalhadores, as leis sobre as nacionalizações e as indemnizações e outras. Deve-se ao voto do PS a aprovação da lei dos senhorios ricos do PPD.

Actualmente o PS, embora certo de ser uma minoria, continua a pretender governar sozinho, não mostra vontade de rever a política de recuperação capitalista, continua a recusar-se a uma aliança com o PCP. Se não houver uma deslocação do eleitorado para a esquerda, o PS poderá ir novamente aliar-se à direita ou viabilizar um governo minoritário da direita, conforme admitem já dirigentes do PS. O voto útil na democracia não é no PS.

luta uns contra os outros dentro dos próprios grupos, não têm força nem apoio para eleger deputados e por isso os votos nos esquerdistas serão votos inúteis e perdidos, possibilitando a vitória a mais alguns candidatos da direita.

O voto útil na democracia não é nos esquerdistas.

e elegendo deputados do MDP/CDE, poderá conduzir a uma maioria democrática efectiva, com comunistas, socialistas e outros democratas.

O voto no PCP, na Aliança Povo Unido (APU) não é apenas o voto útil. É o voto seguro, certo, necessário e indispensável para tornar possível uma efectiva maioria democrática capaz de determinar uma viragem na política portuguesa.

Uma necessidade nacional: a presença dos comunistas no Governo

A formação de uma maioria democrática efectiva e a formação nessa base de um governo democrático são os grandes objectivos políticos das próximas eleições.

Uma viragem democrática não consiste apenas numa maioria democrática, mas na formação de um governo democrático com uma política democrática.

Alcançada nas eleições uma maioria de deputados dos partidos democráticos (designadamente do PCP e do PS) o entendimento desses partidos é essencial para possibilitar a formação de um governo democrático.

O PCP solenemente declara: até ao acto eleitoral e após o acto eleitoral o PCP estará sempre pronto a examinar com o PS e com as outras forças democráticas um acordo para a formação de um governo democrático, na base da maioria democrática alcançada nas eleições.

Um governo democrático exige uma composição política que dê garantias de realização do programa.

A realidade portuguesa e a experiência mostram que, para que possa ser definida, adoptada, aprovada e realizada uma política democrática, a participação do PCP no governo é essencial.

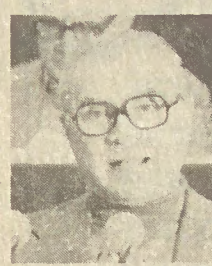
Essencial porque só com os trabalhadores se podem resolver os grandes problemas nacionais. Essencial porque o PCP apresenta soluções válidas e tem, como já mostrou, uma capacidade de organização, de realização e de mobilização únicas no nosso País. Essencial porque os deputados comunistas já provaram na Assembleia e os ministros comunistas já provaram no governo defenderem sempre consequentemente os interesses populares e as conquistas de Abril. Essencial porque o PCP é a única força política que, apoiada no povo e ao serviço do povo, se mostra capaz de resolver os grandes problemas nacionais.

A participação do PCP no governo deve tornar-se uma reclamação popular e nacional. Uma grande votação na APU confirmará uma tal reclamação.

Conferência Nacional do PCP para a vitória democrática

Intervenções • Intervenções • Intervenções • Intervenções • Intervenções • Intervenções • Intervenções

INTERVENÇÃO DE ABERTURA



Joaquim Gomes
Membro da Comissão Política e do Secretariado do CC.

Vamos dar início à nossa Conferência Nacional. Nesta vamos assentar as linhas mestras da acção do Partido para as eleições intercalares e para as autarquias que terão lugar respectivamente a 2 e 16 de Dezembro.

Permitam, camaradas, que em nome do Comité Central saude de igual modo todos os delegados e convidados e de entre estes saúdo muito especialmente os camaradas do MDP/CDS, os nossos aliados nas batalhas eleitorais que se aproximam.

Permitam, camaradas, que saude também de modo muito especial a Juventude Comunista, a UJC e UEC que, agora em processo de fusão das duas organizações numa única se preparam para melhor corresponder à necessidade de mobilizar toda a juventude na luta pela satisfação das suas reivindicações específicas. E ainda, camaradas, saúdo a saúde especial à CGTP — Intersindical Nacional que comemora o seu 9.º aniversário. Igualmente saudamos o MDM, a URAF e outras organizações unitárias que do mesmo lado da barricada se batem connosco na defesa das liberdades e da democracia.

Uma saudação ainda para os nossos convidados especiais cuja presença desde já agradeço.

Camaradas:

Há cerca de três anos o melhor realizamos uma Conferência Nacional com objectivos idênticos, ou seja para definir a orientação do nosso

Partido às primeiras eleições legislativas para a Assembleia da República. Nessa altura acabávamos de atravessar uma situação extremamente difícil. Não só tinha acontecido o 25 de Novembro, como estava ainda bem viva no espírito de todos os militantes e simpatizantes, e dos democratas em geral, a criminosa ofensiva da reacção contra os Centros do Trabalho do nosso Partido e outros partidos e forças democráticas.

A reacção cantava vitória. Falava em alternativa. 76 estava com os seus atentados às liberdades poderia impedir o triunfo dos ideais democráticos e da própria democracia.

A realização das eleições e a eleição de 40 deputados, do nosso Partido constituiu uma séria derrota para a reacção, e a vitória importantíssima do nosso Partido e das forças democráticas.

Também agora, quando se aproxima a realização de eleições, as forças reacçãoárias, através das mais diver-

sas provocações de onde sobressai o assassinato de dois camaradas em Montemor-o-Novo procuram impedir a livre expressão do eleitorado e a realização de eleições livres.

Porém, com muito mais razão do que em 1976 o nosso Partido pode confiar num bom resultado eleitoral.

Quando em Dezembro o Povo português for chamado a votar, o nosso Partido terá muitas dezenas de milhares de militantes mais do que tinha em Abril de 1976.

Só entre o VIII e o IX Congressos o aumento de militantes foi de cerca de 50 000.

O prestígio do Partido, a sua influência e ligação com as mais amplas massas, são agora incomparavelmente mais sólidas e profundas.

A classe operária, os trabalhadores e todas as forças laboriosas e progressistas do nosso país, estão agora mais conscientes de que os grandes problemas nacionais se não resolvem com uma política de recuperação capitalista, lati-

fundista e imperialista, com uma política de pacotes, de desemprego e exploração de subsistências.

A classe operária e os trabalhadores em geral, estão agora mais conscientes que os partidos que defendem consistentemente os seus interesses e quem está contra eles. A demagogia, as falsas promessas têm cada vez menos aceitação. Os trabalhadores e todas as forças progressistas sabem agora melhor do que em 1976, que não é por os partidos da direita, agora em Aliança, se dizem democráticos que eles deixam de ser reacçãoários e golpistas. Que não é por se dizerem patriotas que deixam de atacar contra a independência e a integridade da Pátria. Que não é por o PS falar em socialismo que deixa de defender os interesses dos monopólios. Não foi por o PS ser um partido que se diz de esquerda que deixou de se aliar à direita na contra-revolução legislativa, nos ataques à Reforma Agrária, à nacionalização, aos direitos e con-

dições dos trabalhadores.

Por tudo isto, mas não só, os trabalhadores homens e mulheres, a juventude, os reformados e deficientes, todos os portugueses que não querem o regresso ao 24 de Abril, estão agora mais conscientes e seguros que só votando no Partido Comunista Português, único Partido dos trabalhadores portugueses, só votando na APU, se podem defender as liberdades, a Constituição e todas as conquistas de Abril.

Camaradas:

Conscientes das imensas e complexas tarefas que nos esperam, conscientes também da nossa força, coesão e dinamismo, todo o nosso Partido arranca para as próximas batalhas eleitorais certo de que com os nossos aliados e outras forças democráticas podemos infligir uma importante derrota aos partidos da Aliança Reacçãoária, alcinçada de democrática, e alcançar uma expressão vital na eleição de 1976.

Temos, em primeiro lugar, de confirmar e consolidar o voto no Povo Unido de todos aqueles que, nas eleições, manifestaram através do voto a sua confiança no PCP, bem como aqueles que, em resultado da sua própria experiência política, aderiram ao PCP ou dele se aproximaram desde as últimas eleições.

Temos, além disso, de procurar unir à volta das listas da APU o maior número possível de

problemas mais sentidos, dos pequenos e médios agricultores, dos comerciantes e industriais, reformados e deficientes, mulheres e jovens.

A Reforma Agrária aparece no centro das preocupações dos candidatos Povo Unido, no Alentejo, como a conquista de Abril mais importante a defender.

Os candidatos Povo Unido lutarão para que as obras da Barragem do Alqueva sejam concluídas para o melhoramento das condições para o reassentamento das populações abrangidas pelas águas do Alqueva.

— A defesa dos direitos e condições de vida dos trabalhadores e das populações, designadamente, melhoria saúde, habitação, salário, ensino e solução dos numerosos problemas locais, a luta contra o aumento do custo de vida, contra a repressão e despedimentos;

— A defesa dos

Eleições intercalares



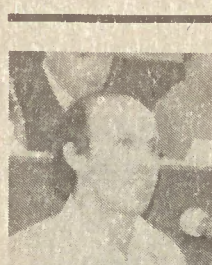
Fernando Oliveira
membro da DORSA

Estamos certos que, mais uma vez e de forma ainda mais expressiva, o povo do nosso distrito irá confirmar nas urnas a enorme confiança (em constante alargamento) que deposita no PCP e que resulta de sermos efectivamente o partido da verdade, da esperança e do futuro, o partido com todas as provas dadas na defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores e da população.

Para muitos milhares de pessoas que até aqui, por falta de esclarecimento, se mostravam reservadas em relação ao Partido, vai ficando cada vez mais claro que, ao contrário daquilo que pensavam, são os comunistas, os que, primeiro e muitas vezes os únicos, aparecem seriamente preocupados em resolver os problemas particularmente nos momentos mais difíceis.

O exemplo do que se passou em Março de 78 e Fevereiro de 79, a quando das catástrofes inundações que atingiram várias regiões e particularmente o Ribatejo, é a esse respeito elucidativo. Então, e sem qualquer excepção, foi o PCP que, mobilizando milhares de militantes, simpatizantes e amigos do Partido, desencadeou e dirigiu as primeiras e mais importantes acções de socorro e solidariedade às populações atingidas.

Recolheram-se e distribuíram-se centenas de toneladas de roupas, géneros e utensílios. (...)

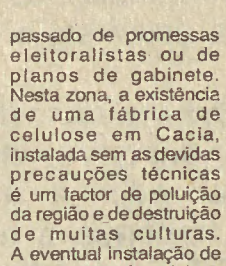


João Duarte
membro da DORM

Nos dois distritos do Minho, onde as forças reacçãoárias são ainda predominantes, o nível de vida dos trabalhadores, e o bem-estar da população, são o reflexo claro dos efeitos da política de direita.

— A insegurança que paira sobre milhares de trabalhadores têxteis e sobre centenas de pequenos empresários, se o projecto de direita de reconversão do sector têxtil for diante.

— A insegurança de centenas e centenas de trabalhadores contratados a prazo, sujeitos a qualquer salta e a quem está vedada (debaixo de ameaça constante de



António Camarrinha
membro da DORA

Além das grandes questões Nacionais — defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução

— apontadas no projecto de proclamação, no que se refere ao Alentejo os problemas actuais e mais sentidos são:

— A defesa da Reforma Agrária;

— A luta contra o desemprego, que se faz sentir mais nas mulheres e jovens;

A luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das populações, designadamente, melhoria saúde, habitação, salário, ensino e solução dos numerosos problemas locais, a luta contra o aumento do custo de vida, contra a repressão e despedimentos;

— A defesa dos

despedimento a actividade reivindicativa, social e política; (...)

— A insegurança dos rendeiros despejados das suas terras que não têm garantido o escoamento do vinho verde a preços justos, ficando na dependência dos grandes produtores e armazémistas associados na CAP, organização da Aliança Reacçãoária;

— O aumento dos factores de produção, nomeadamente os de mão de obra, rações, pesticidas, combustíveis, etc., sem garantia de preços compensadores, na venda dos seus produtos, antes das colheitas;

— O desejo de mudança desta situação é um sentimento profundo do Povo dos distritos de Braga e Viana. Uma lenta, mas constante e nítida alteração se vai processando. (...)

Proposta e fundamentada a orientação que se preconiza, importa informar a Conferência e por intermédio dela o País sobre a composição das listas e as características dos candidatos que propomos ao eleitorado.

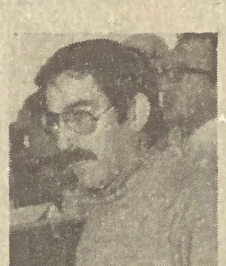
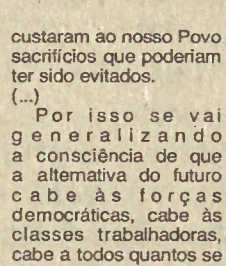
A Aliança Povo Unido (APU) apresenta o número máximo de candidatos possíveis em todos os círculos eleitorais, num total de 352, sendo 250 efectivos e 102 suplentes.

O MDP/CDE tem 40 candidatos nas listas da APU, 24 efectivos e 16 suplentes.

Os restantes candidatos filiados no PCP ou independentes e indicados pelo PCP.

É de assinalar que apesar do número de candidatos efectivos ter sido reduzido, por força da Constituição, de 250 para 250 e dos 40 lugares reservados aos candidatos do MDP, ainda assim, o nosso Partido apresenta mais 16 candidatos agora (312 como efectivos e suplentes) do que tinha apresentado nas anteriores eleições para a Assembleia da República (296).

Importa sublinhar ainda que entre os candidatos apresentados pelo PCP, 33 são democratas independentes incluindo



António Camarrinha
membro da DORA

Além das grandes questões Nacionais — defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução

— apontadas no projecto de proclamação, no que se refere ao Alentejo os problemas actuais e mais sentidos são:

— A defesa da Reforma Agrária;

— A luta contra o desemprego, que se faz sentir mais nas mulheres e jovens;

A luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das populações, designadamente, melhoria saúde, habitação, salário, ensino e solução dos numerosos problemas locais, a luta contra o aumento do custo de vida, contra a repressão e despedimentos;

— A defesa dos

despedimento a actividade reivindicativa, social e política; (...)

— A insegurança dos rendeiros despejados das suas terras que não têm garantido o escoamento do vinho verde a preços justos, ficando na dependência dos grandes produtores e armazémistas associados na CAP, organização da Aliança Reacçãoária;

— O aumento dos factores de produção, nomeadamente os de mão de obra, rações, pesticidas, combustíveis, etc., sem garantia de preços compensadores, na venda dos seus produtos, antes das colheitas;

— O desejo de mudança desta situação é um sentimento profundo do Povo dos distritos de Braga e Viana. Uma lenta, mas constante e nítida alteração se vai processando. (...)

Proposta e fundamentada a orientação que se preconiza, importa informar a Conferência e por intermédio dela o País sobre a composição das listas e as características dos candidatos que propomos ao eleitorado.

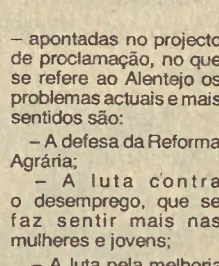
A Aliança Povo Unido (APU) apresenta o número máximo de candidatos possíveis em todos os círculos eleitorais, num total de 352, sendo 250 efectivos e 102 suplentes.

O MDP/CDE tem 40 candidatos nas listas da APU, 24 efectivos e 16 suplentes.

Os restantes candidatos filiados no PCP ou independentes e indicados pelo PCP.

É de assinalar que apesar do número de candidatos efectivos ter sido reduzido, por força da Constituição, de 250 para 250 e dos 40 lugares reservados aos candidatos do MDP, ainda assim, o nosso Partido apresenta mais 16 candidatos agora (312 como efectivos e suplentes) do que tinha apresentado nas anteriores eleições para a Assembleia da República (296).

Importa sublinhar ainda que entre os candidatos apresentados pelo PCP, 33 são democratas independentes incluindo



António Camarrinha
membro da DORA

Além das grandes questões Nacionais — defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução

— apontadas no projecto de proclamação, no que se refere ao Alentejo os problemas actuais e mais sentidos são:

— A defesa da Reforma Agrária;

— A luta contra o desemprego, que se faz sentir mais nas mulheres e jovens;

A luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das populações, designadamente, melhoria saúde, habitação, salário, ensino e solução dos numerosos problemas locais, a luta contra o aumento do custo de vida, contra a repressão e despedimentos;

— A defesa dos

despedimento a actividade reivindicativa, social e política; (...)

— A insegurança dos rendeiros despejados das suas terras que não têm garantido o escoamento do vinho verde a preços justos, ficando na dependência dos grandes produtores e armazémistas associados na CAP, organização da Aliança Reacçãoária;

— O aumento dos factores de produção, nomeadamente os de mão de obra, rações, pesticidas, combustíveis, etc., sem garantia de preços compensadores, na venda dos seus produtos, antes das colheitas;

— O desejo de mudança desta situação é um sentimento profundo do Povo dos distritos de Braga e Viana. Uma lenta, mas constante e nítida alteração se vai processando. (...)

Proposta e fundamentada a orientação que se preconiza, importa informar a Conferência e por intermédio dela o País sobre a composição das listas e as características dos candidatos que propomos ao eleitorado.

A Aliança Povo Unido (APU) apresenta o número máximo de candidatos possíveis em todos os círculos eleitorais, num total de 352, sendo 250 efectivos e 102 suplentes.

O MDP/CDE tem 40 candidatos nas listas da APU, 24 efectivos e 16 suplentes.

Os restantes candidatos filiados no PCP ou independentes e indicados pelo PCP.

É de assinalar que apesar do número de candidatos efectivos ter sido reduzido, por força da Constituição, de 250 para 250 e dos 40 lugares reservados aos candidatos do MDP, ainda assim, o nosso Partido apresenta mais 16 candidatos agora (312 como efectivos e suplentes) do que tinha apresentado nas anteriores eleições para a Assembleia da República (296).

Importa sublinhar ainda que entre os candidatos apresentados pelo PCP, 33 são democratas independentes incluindo



Mário Silva
membro da DORAA

Os comunistas e democratas mais consequentes dos Açores também formaram a sua lista para as próximas eleições pelo círculo eleitoral da região. Não sem dificuldades, é certo. Dificuldades de antedemocráticas, inerentes à situação de antidemocrática que caracteriza a vida política e social da região, em que, pelos mais diversos modos e sempre com a conivência (senão com a participação activa...) do Governo Regional/PPD, se entrava à acção do nosso Partido e de outras organizações democráticas, se provoca individualmente os seus militantes ou outros cidadãos progressistas a ameaçando as liberdades e os direitos de cada um. (...)

Apesar das obras de fachada em curso e da demagogia eleitoral do PPD regional, igualmente convictos estão também os comunistas de que as condições Internas que minam o PPD dos Açores e a progressiva falência e descrédito da política (de essência pró-separatista) do Governo de Mota Amaral, dos seus militantes e aspectos: desde o sector da agricultura; pescas; política aérea; etc., até à corrupção e incompetência generalizada no seu seio, colocarão cada vez com maior acentuação a necessidade de uma alternativa verdadeiramente democrática para a política e o governo da região, no quadro da qual se coloca o necessário reforço da APU, o que não resta dúvidas que se irá verificar.

Temos, em primeiro lugar, de confirmar e consolidar o voto no Povo Unido de todos aqueles que, nas eleições, manifestaram através do voto a sua confiança no PCP, bem como aqueles que, em resultado da sua própria experiência política, aderiram ao PCP ou dele se aproximaram desde as últimas eleições.

Temos, além disso, de procurar unir à volta das listas da APU o maior número possível de

problemas mais sentidos, dos pequenos e médios agricultores, dos comerciantes e industriais, reformados e deficientes, mulheres e jovens.

A Reforma Agrária aparece no centro das preocupações dos candidatos Povo Unido, no Alentejo, como a conquista de Abril mais importante a defender.

Os candidatos Povo Unido lutarão para que as obras da Barragem do Alqueva sejam concluídas para o melhoramento das condições para o reassentamento das populações abrangidas pelas águas do Alqueva.

— A defesa dos

despedimento a actividade reivindicativa, social e política; (...)

— A insegurança dos rendeiros despejados das suas terras que não têm garantido o escoamento do vinho verde a preços justos, ficando na dependência dos grandes produtores e armazémistas associados na CAP, organização da Aliança Reacçãoária;

— O aumento dos factores de produção, nomeadamente os de mão de obra, rações, pesticidas, combustíveis, etc., sem garantia de preços compensadores, na venda dos seus produtos, antes das colheitas;

— O desejo de mudança desta situação é um sentimento profundo do Povo dos distritos de Braga e Viana. Uma lenta, mas constante e nítida alteração se vai processando. (...)

Proposta e fundamentada a orientação que se preconiza, importa informar a Conferência e por intermédio dela o País sobre a composição das listas e as características dos candidatos que propomos ao eleitorado.

A Aliança Povo Unido (APU) apresenta o número máximo de candidatos possíveis em todos os círculos eleitorais, num total de 352, sendo 250 efectivos e 102 suplentes.

O MDP/CDE tem 40 candidatos nas listas da APU, 24 efectivos e 16 suplentes.

Os restantes candidatos filiados no PCP ou independentes e indicados pelo PCP.

É de assinalar que apesar do número de candidatos efectivos ter sido reduzido, por força da Constituição, de 250 para 250 e dos 40 lugares reservados aos candidatos do MDP, ainda assim, o nosso Partido apresenta mais 16 candidatos agora (312 como efectivos e suplentes) do que tinha apresentado nas anteriores eleições para a Assembleia da República (296).

Importa sublinhar ainda que entre os candidatos apresentados pelo PCP, 33 são democratas independentes incluindo

despedimento a actividade reivindicativa, social e política; (...)

— A insegurança dos rendeiros despejados das suas terras que não têm garantido o escoamento do vinho verde a preços justos, ficando na dependência dos grandes produtores e armazémistas associados na CAP, organização da Aliança Reacçãoária;

— O aumento dos factores de produção, nomeadamente os de mão de obra, rações, pesticidas, combustíveis, etc., sem garantia de preços compensadores, na venda dos seus produtos, antes das colheitas;

— O desejo de mudança desta situação é um sentimento profundo do Povo dos distritos de Braga e Viana. Uma lenta, mas constante e nítida alteração se vai processando. (...)

Proposta e fundamentada a orientação que se preconiza, importa informar a Conferência e por intermédio dela o País sobre a composição das listas e as características dos candidatos que propomos ao eleitorado.

A Aliança Povo Unido (APU) apresenta o número máximo de candidatos possíveis em todos os círculos eleitorais, num total de 352, sendo 250 efectivos e 102 suplentes.

O MDP/CDE tem 40 candidatos nas listas da APU, 24 efectivos e 16 suplentes.

Os restantes candidatos filiados no PCP ou independentes e indicados pelo PCP.

É de assinalar que apesar do número de candidatos efectivos ter sido reduzido, por força da Constituição, de 250 para 250 e dos 40 lugares reservados aos candidatos do MDP, ainda assim, o nosso Partido apresenta mais 16 candidatos agora (312 como efectivos e suplentes) do que tinha apresentado nas anteriores eleições para a Assembleia da República (296).

Importa sublinhar ainda que entre os candidatos apresentados pelo PCP, 33 são democratas independentes incluindo

despedimento a actividade reivindicativa, social e política; (...)

— A insegurança dos rendeiros despejados das suas terras que não têm garantido o escoamento do vinho verde a preços justos, ficando na dependência dos grandes produtores e armazémistas associados na CAP, organização da Aliança Reacçãoária;

A Campanha para as Eleições Intercalares



Aurélio Santos
Membro do Comité Central do PCP

A batalha política das eleições já começou. A reacção já sofreu as primeiras derrotas. Já se desenvolver uma ampla acção de esclarecimento junto daqueles que, embora ainda estejam politicamente influenciados pelos partidos de direita, são atingidos nos seus interesses mais vitais pelas consequências da política desses mesmos partidos.

Esse processo de consciencialização de pessoas que não viram realizadas as suas aspirações pelo partido em que votaram, traduz-se já por uma perda de mais de 470 000 votos pelo PPD, das eleições de 1975 para as últimas eleições. Quanto ao PS, desenvolver-se já por uma perda de mais de 470 000 votos pelo PPD, das eleições de 1975 para as últimas eleições. Quanto ao PS, desenvolver-se já por uma perda de mais de 470 000 votos pelo PPD, das eleições de 1975 para as últimas eleições.

Terão prioridade, na nossa acção, a classe operária, os trabalhadores rurais e os trabalhadores assalariados em geral, sectores onde o PCP já tem uma grande votação e onde se encontram os que mais sofrem a exploração capitalista e as consequências da degradação das condições de vida. Particular atenção devem merecer os sectores da direita, os sectores de outros trabalhadores assalariados que, não tendo ainda votado em nós, tendo mesmo votado em partidos da direita, votar na direita votem agora de acordo com os seus interesses. Ouseja: votem nas listas «Povo Unido».

Tanto à escala nacional como à escala dis-

democratas e patriotas que se pronunciaram contra o regresso ao passado e querem contribuir com um voto certo, seguro e útil para a viragem democrática que se impõe na política nacional. Teremos, ao mesmo tempo, de desenvolver uma ampla acção de esclarecimento junto daqueles que, embora ainda estejam politicamente influenciados pelos partidos de direita, são atingidos nos seus interesses mais vitais pelas consequências da política desses mesmos partidos.

Esse processo de consciencialização de pessoas que não viram realizadas as suas aspirações pelo partido em que votaram, traduz-se já por uma perda de mais de 470 000 votos pelo PPD, das eleições de 1975 para as últimas eleições. Quanto ao PS, desenvolver-se já por uma perda de mais de 470 000 votos pelo PPD, das eleições de 1975 para as últimas eleições.

Terão prioridade, na nossa acção, a classe operária, os trabalhadores rurais e os trabalhadores assalariados em geral, sectores onde o PCP já tem uma grande votação e onde se encontram os que mais sofrem a exploração capitalista e as consequências da degradação das condições de vida. Particular atenção devem merecer os sectores da direita, os sectores de outros trabalhadores assalariados que, não tendo ainda votado em nós, tendo mesmo votado em partidos da direita, votar na direita votem agora de acordo com os seus interesses. Ouseja: votem nas listas «Povo Unido».

Tanto à escala nacional como à escala dis-

democratas e patriotas que se pronunciaram contra o regresso ao passado e querem contribuir com um voto certo, seguro e útil para a viragem democrática que se impõe na política nacional. Teremos, ao mesmo tempo, de desenvolver uma ampla acção de esclarecimento junto daqueles que, embora ainda estejam politicamente influenciados pelos partidos de direita, são atingidos nos seus interesses mais vitais pelas consequências da política desses mesmos partidos.

Esse processo de consciencialização de pessoas que não viram realizadas as suas aspirações pelo partido em que votaram, traduz-se já por uma perda de mais de 470 000 votos pelo PPD, das eleições de 1975 para as últimas eleições. Quanto ao PS, desenvolver-se já por uma perda de mais de 470 000 votos pelo PPD, das eleições de 1975 para as últimas eleições.

Terão prioridade, na nossa acção, a classe operária, os trabalhadores rurais e os trabalhadores assalariados em geral, sectores onde o PCP já tem uma grande votação e onde se encontram os que mais sofrem a exploração capitalista e as consequências da degradação das condições de vida. Particular atenção devem merecer os sectores da direita, os sectores de outros trabalhadores assalariados que, não tendo ainda votado em nós, tendo mesmo votado em partidos da direita, votar na direita votem agora de acordo com os seus interesses. Ouseja: votem nas listas «Povo Unido».

Tanto à escala nacional como à escala dis-

acontece em relação a sectores como os empregados de escritório, da banca, do comércio e da função pública, bem como os quadros técnicos do sector privado, da administração pública e local da saúde ou do ensino, e os agricultores, na sua diferente situação de proprietários e rendeiros. Muitos desses trabalhadores elevaram grandemente a sua consciência política, conhecem melhor o nosso Partido e, estamos certos, irão votar «Povo Unido» nas próximas eleições.

Na nossa acção eleitoral não podemos esquecer a situação de todos os portugueses que são esquecidos e marginalizados, condenados a condições de miséria e humilhação. Temos de estar atentos ao esclarecimento dos jovens, especialmente daqueles que irão votar pela primeira vez. Contamos também que o incremento da participação plena das mulheres no debate cívico e na vida política, contribuirá para consolidar a democracia em Portugal.

Para travar a batalha eleitoral não basta porém definir os objectivos políticos e determinar os sectores a que nos dirigimos. Temos de saber também os meios que utilizaremos.

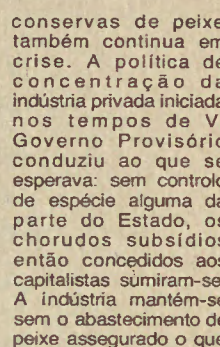
Camaradas:

Nós, para definirmos a nossa campanha eleitoral, não precisamos de ir a Espanha pedir

ajuda de técnicos e especialistas, como fizeram os senhores da aliança reacçãoária. Nós temos os nossos pés bem firmes na terra portuguesa, nas suas realidades, e é a partir do conhecimento do nosso povo que partimos para definir a nossa acção.

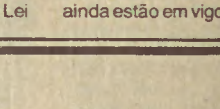
O elemento principal da nossa campanha eleitoral, serão os mais de 164 000 membros do nosso Partido, de quem nós aqui os representantes. Certamente que haverá também materiais de propaganda de produção central que nos ajudarão a intervenção dos militantes. Serão realizadas grandes acções de massas, comícios e sessões de esclarecimento, através das quais serão expostas as posições do nosso Partido. Mas sem dúvida alguma que o resultado eleitoral dependerá, de forma decisiva, da capacidade que cada militante tiver de esclarecer os seus companheiros de trabalho, os seus vizinhos, as pessoas do seu círculo, do seu bairro, da sua terra. Grande parte da população portuguesa, saturada das falsidades e da propaganda da reacção, está esperando acolhe com satisfação interesse esse contacto directo e pessoal, que lhe permite ouvir factos e argumentos expostos com simplicidade e honestidade, com espírito crítico e respeito pelas opiniões alheias.

Esse esforço de esclarecimento e propaganda não pode esperar o período eleitoral.



José Rocha

• *Intervenções* • *Intervenções* • *Intervenções* • *Intervenções* • *Intervenções* • *Intervenções* •



No meio das dificuldades que a ofensiva contra a Reforma Agrária tem trazido aos trabalhadores alentejanos, a campanha de fundos para a sede distrital de Beja do PCP prossegue, ultrapassando já, os 800 contos. Trabalhadores rurais e outros, pequenos comerciantes, industriais e agricultores, têm ajudado o Partido Comunista e compreendem que, sem um novo Centro com condições de largueza e de trabalho, é muito difícil o cumprimento completo de muitas tarefas.

Faltam instalações para a Informação e Propaganda, salas para reuniões das mulheres de Beja e de outros concelhos, e para actividade dos jovens. Mas, para além de todas as tarefas, comuns em todos os Centros de Trabalho do PCP, na zona da Reforma Agrária, os comunistas, à frente da defesa dessa importante conquista dos trabalhadores, desenvolvem grande actividade e precisam de

reunir-se, frequentemente, no CT de Beja.

De Vale de Vargo recebeu-se recentemente um valioso tapete feito à mão. E também horas de trabalho de Pias e Marmeleira e melão de Ferreira do Outeiro Feiras a realizar em Castro Verde e em Aljustrel, e outras iniciativas são formas de conseguir fundos para esta campanha.

Camaradas e amigos emigrados na RFA enviaram, por várias vezes, remessas de marcos — a primeira de 240; a segunda de 910; a terceira de 300 marcos.

Em 8 de Outubro, para um total alcançado de 869 070\$70, era a seguinte a posição dos concelhos:

Aljustrel: 107 610\$00; Alvão: 14 197\$40; Beja: 403 505\$10; Cuba: 31 796\$50; Castro Verde: 271 625\$20; Ferreira do Outeiro: 37 223\$40; Moura, 6515\$70; Odemira, 24 482\$50; Vidigueira, 34 570\$90.

renunçar-se, frequentemente, no CT de Beja.

De Vale de Vargu recebeu-se recentemente um valioso tapete feito à mão. E também horas de trabalho de Plás e Mamelar, e melão de Ferreira do Alentejo. Feiras a realizar em Castro Verde são formas de conseguir fundos para esta campanha.

Camaradas e amigos emigrados na RFA enviaram, por várias vezes, remessas de marcos — a primeira de 240; a segunda de 910; a terceira de 300 marcos.

Em 8 de Outubro, por um total alcançado de 869 070/70, foi a seguinte a posição dos conchelos:

Aljustrel,	107 610/30;	Alvito,
149 574/0;	Beja,	403 505/10;
Cuba,	31 796/60;	Castro Verde,
27163/20;	Ferreira do Alentejo,	65153/70;
37 223/40;	Moura,	65153/70;
Odemira,	24 482/50;	Vidigueira,
34 570/90.		

Semana

10

Quarta-feira

1945 — Constituição do Partido do Trabalho da Coreia.

O ministro iraniano da Defesa, Mostafa Chamran, é enviado para o Curdistão para comandar as operações militares contra os rebeldes curdos. Os jornais referem a conferência de imprensa dada ontem pelo presidente Carter, dos EUA, onde procurou minimizar o impacto produzido pela importante proposta da URSS de redução de efectivos na RDA e a deslocação de vectores nucleares. Segundo Carter, trata-se de uma "manobra soviética" tendente a levar os países da NATO a "despreocupar-se" com a sua defesa. Winona La Duke, do Conselho do Tratado Nacional Índio e da Organização das Mulheres de Todas as Nações Vermelhas (WARN) acusa o governo dos EUA da esterilização em grande escala de mulheres índias e sem a sua permissão. O preço do ouro sobe de novo nos mercados da Europa capitalista, impulsionado pela especulação e os crescentes receios do agravamento do custo do petróleo.

11

Quinta-feira

1919 — Início da ofensiva do Exército Vermelho contra as forças contra-revolucionárias comandadas por Denikine.

Militares fascistas sublevaram-se em três unidades da Bolívia mas regressaram aos seus quartéis, segundo uma nota oficial emitida em La Paz pelo Congresso, reunido em sessão permanente; entretanto e em sequência a Central Operária Boliviana (COE) decreta uma greve de 24 horas como protesto, enquanto o Congresso se reúne em sessão de emergência. O ministro dos NE israelita, Moshe Dayan, declara que se demitiria se o gabinete sionista decidisse confiscar terras aos árabes por motivos "que não fossem de segurança". O ministro espanhol do Interior, Ibañez Freire, informa que foram detidos hoje sete membros da organização separatista basca ETA em San Sebastián, no interior de um quartel da guarda civil onde tinham introduzido 30 quilos de explosivos para o fazer ir pelo ar. O Conselho Constitucional do Irão aprova uma cláusula que nomeia o "ayatollah" Khomeini chefe e guardião supremo dos assuntos da Nação. O presidente cubano Fidel Castro chega a Nova Iorque para discursar amanhã nas Nações Unidas. São suspensas as conversações sobre o futuro do Zimbábue iniciadas há um mês em Londres, na sequência de exigências contidas numa proposta britânica e que os representantes da Frente Patriótica consideraram inaceitáveis.

12

Sexta-feira

1924 — É formada a República Socialista Soviética da Moldávia.



Fidel Castro

Fidel Castro, falando na sua qualidade de presidente do Movimento dos Países Não-Alinhados, denunciou, na ONU, o imperialismo e a exploração dos países capitalistas sobre os países subdesenvolvidos, nos quais vive a imensa maioria da população mundial. Um porta-voz militar informava, no Maputo, que tropas moçambicanas eliminaram mais de 50 soldados e abateram seis aviões de combate rodesianos no decurso da invasão do território moçambicano pelos racistas, há duas semanas. A União Soviética acusa os países membros da NATO de procurarem argumentos especiosos para justificar o prosseguimento dos seus perigosos planos, entre os quais o estacionamento de mísseis nucleares norte-americanos "Pershing-2" na Europa Ocidental. As autoridades angolanas informam que estão concentradas junto à fronteira com a Namíbia seis brigadas dos racistas sul-africanos, com três mil homens cada e apoiadas por importante aparelho logístico, com antihia e eviação. A Presidência da República francesa recusa explicar-se claramente sobre "o caso dos diamantes de Bokassa", que teriam sido oferecidos pelo ex-ditador centro-africano a Giscard d'Estaing quando este era ministro.

13

Sábado

1909 — Francisco Ferrer é fuzilado em Montjuich, sob a acusação de ter auxiliado os operários catalães a entrar, pela greve geral, o envio do reservistas para a guerra de Marrocos.

A polícia francesa descobre um esconderijo da organização militar basca ETA, que incluía um mini-hospital, e prende três espanhóis. A polícia espanhola prende José María Sanchos Casas, que se diz ser o chefe máximo dos "GRAP", organização terrorista que se apresenta como maoísta e tem sido acusada de colaboração com a extrema-direita.

14

Domingo

1969 — De acordo com o programa de colaboração entre os países no campo da investigação e utilização do espaço cósmico para fins pacíficos, a URSS lança o satélite artificial da Terra "Intercosmos".

O governador provincial do Azerbaijão Ocidental (Irão), Jamshid Haqqi, afirma que as autoridades iranianas deixaram de controlar totalmente a antiga capital rebelde curda de Mahabad. A agência noticiosa vietnamita anuncia que se registaram novos combates na fronteira do Vietname com a China, com muitas baixas de ambos os lados, tendo os combates começado após dez dias de numerosas provocações armadas chinesas em território do Vietname. São mortas a tiro seis pessoas durante as eleições na Turquia. O satélite soviético "Cosmos-1129", transportando um laboratório biológico com ratos, insetos, plantas e preparações celulares, regressa à Terra após um voo espacial de 19 dias. Concentram-se em Madrid cerca de 400 000 pessoas, segundo as Comissões Obreras, que convocaram a manifestação, para protestarem contra a política económica do governo espanhol, contra o desemprego e as multinacionais. O presidente angolano José Eduardo dos Santos parte para a Zâmbia onde se irá encontrar com o chefe de Estado deste país e com o presidente do Zaire. O governo sionista autoriza a ampliação de sete colonatos estabelecidos na Cisjordânia ocupada. Duzentos mil empregados bancários italianos entram em greve nacional, na primeira de uma série de paralisações marcadas para esta semana. O Partido Social-Democrata da Islândia, após fazer cair o governo de coligação de esquerda chefiado por Benedikt Groendal, forma um novo governo minoritário com o apoio do Partido da Independência, de direita.

15

Segunda-feira

1964 — É morto pelos norte-americanos o herói vietnamita Nguyen Van Thieu.



"Visita" a CEE

O presidente chinês Hua Guofeng chega a Paris, onde vai iniciar uma digressão por quatro países da Comunidade Económica Europeia. O presidente Carlos Humberto Romero, de El Salvador, é derrubado num golpe de Estado militar, tendo saído do país a bordo de um avião da Guatemala. O secretário norte-americano da Defesa, Harold Brown, considera que a NATO corre grave risco de fracassar se o tratado SALT-II for rejeitado pelo Senado dos EUA. O presidente Kaunda, da Zâmbia, afirma que a Zâmbia, Angola e o Zaire concordaram em reforçar os seus laços económicos e em impedirem os adversários políticos uns dos outros de usarem o seu território como bases operacionais.

16

Terça-feira

1854 — Nasce o escritor Oscar Wilde em Dublin, Irlanda.



Demissionário

Bulent Ecevit, primeiro-ministro turco, demite-se juntamente com todo o seu gabinete, após a derrota sofrida pelo seu partido nas eleições de domingo passado. Rádio Kabul anuncia que as Forças Armadas do Afeganistão esmagaram hoje uma tentativa de golpe de Estado apoiada por agressores reaccionários externos, tendo sido capturados alguns dos chefes rebeldes.

O primeiro-ministro de Malta, Don Mintoff, escapa ileso de um atentado, segundo a polícia local. Desenvolve-se activamente no País Basco a preparação do referendo sobre a autonomia basca, que terá lugar no próximo dia 25 de Outubro.

Os jovens comunistas empenhados em duas importantes frentes de acção

O processo de unificação das duas organizações da juventude comunista portuguesa e a participação juvenil nas campanhas eleitorais que se aproximam, foram os temas abordados pela reunião conjunta das Comissões Centrais da União da Juventude Comunista (UJC) e União dos Estudantes Comunistas (UEC), que decorreu no último sábado, no Centro Vitória, em Lisboa. Presentes mais de 150 dirigentes das duas

organizações e também o camarada Jorge Araújo, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido.

Em relação ao processo unificador, além de ter marcado o Encontro Nacional de Delegados, a reunião conjunta debateu de forma desenvolvida aspectos políticos e técnicos que se relacionam com a concretização da importante tarefa, apontada no

IX Congresso do PCP como solução justa e necessária para o reforço da juventude comunista e da luta geral dos jovens portugueses, estudantes e trabalhadores.

Sobre as tarefas e perspectivas que se colocam às duas organizações para as próximas batalhas eleitorais foi referida em particular a importância da campanha autónoma da juventude comunista em apoio

aos candidatos da Vitória Democrática, os candidatos da APU.

Em relação a qualquer destes dois pontos foram tomadas importantes deliberações, que constam de dois documentos aprovados durante a reunião, a qual decorreu num ambiente de viva camaradagem, entusiasmo e confiança revolucionária, conforme nos salientaram vários camaradas presentes.

● O processo unificador UJC/UEC e os objectivos da futura organização

A futura organização unificada da juventude comunista "surge como herdeira das gloriosas tradições de combate dos jovens comunistas, dos jovens que com o PCP estiveram nas primeiras linhas de combate contra o fascismo, pela liberdade, dos jovens que com a UJC e a UEC defenderam Abril e as suas conquistas". — sublinha o documento aprovado pela reunião conjunta das CC's, onde se apontam seguidamente os grandes objectivos centrais da

nova organização da juventude comunista que "surge para dar voz e mais força ao movimento da juventude" na luta.

● Por uma vida sem desemprego e incertezas; pelo direito à habitação; por uma vida independente, de amor e felicidade; pelo direito ao ensino e à cultura; por uma sólida formação profissional; pelo aproveitamento são e criador dos tempos livres.

A futura organização juvenil

"surge também para unir mais e mais a juventude portuguesa".

● Unir os jovens operários e empregados contra as grandes discriminações salariais e profissionais; unir os jovens camponeses por uma vida melhor nos campos; unir os estudantes contra a degradação das condições de ensino, pela melhoria das condições de estudo e de trabalho e por garantias efectivas de saída profissional; unir os jovens

aprendizes pela qualificação e protecção profissional, contra a instabilidade no trabalho; unir os trabalhadores-estudantes por condições compatíveis de trabalho e estudo; unir as raparigas contra os vexames, as prepotências, a repressão patronal e contra as discriminações.

A nova organização, forte, unida e confiante, assinalará a concretização de um passo decisivo na luta da juventude

Encontro Nacional em 10 de Novembro

A reunião alargada das Comissões Centrais da UJC e UEC decidiu marcar para o dia 10 do próximo mês de Novembro o Encontro Nacional de Delegados das duas organizações, iniciativa que assinalará a concretização do processo unificador da UJC e UEC.

Até lá torna-se necessário prosseguir, com entusiasmo e determinação, um vasto trabalho de análise e debate sobre as questões fundamentais da vida e da acção da juventude no Portugal de Abril, nomeadamente através da realização de Assembleias Regionais e reuniões alargadas onde se discutam os objectivos de luta da nova organização.

portuguesa em defesa das suas justas reivindicações; ao mesmo tempo que constituirá uma etapa decisiva no movimento unitário da juventude que defende Abril e as suas conquistas democráticas.

Como assinala o documento já citado, "a criação da nova organização da juventude comunista é um desafio lançado à imaginação, ao esforço e à vontade dos militantes da UJC e da UEC, mas conta também com todos os jovens que no dia-a-dia,

nas fábricas, nos campos e nas escolas ajudam a criar um Portugal novo".

Nas eleições que se aproximam — as intercalares e as autárquicas — a futura organização "será uma força fidamente empenhada na vitória democrática, no reforço da votação do PCP no quadro das listas da APU, uma vitória que confirme que a Aliança Reaccionária é minoria, uma vitória que definitivamente corte o passo aos projectos de destruição de Abril e de regresso ao passado".

● A participação juvenil nas próximas campanhas eleitorais

Ao analisar a actual situação política nacional, a reunião conjunta das CC's da Juventude Comunista deteve-se nas questões relacionadas com os próximos actos eleitorais: as intercalares para a Assembleia da República e as autárquicas.

Na base das importantes conclusões a que chegaram os dirigentes da Juventude Comunista está a análise aprofundada de assuntos como as largas repercussões que os próximos resultados eleitorais (intercalares para a AR) terão na vida política do país, na vida da juventude e de todos os portugueses e também no futuro do Portugal de Abril; a necessidade de a massa juvenil portuguesa, "força e voz activa", dar a sua preciosa contribuição para uma "profunda derrota da Aliança Reaccionária e para a vitória democrática" através do voto na esquerda; e a possibilidade de ganhar amplos sectores da juventude portuguesa para, com o PCP, com Portugal de

Abril, dar o seu voto à Aliança Povo Unido — APU.

Na base destas considerações, as Comissões Centrais da UJC e UEC "tomaram medidas para realizar uma campanha autónoma da juventude comunista de apoio aos candidatos da APU", importante iniciativa nacional "capaz de abrir novas e largas perspectivas de participação da juventude na vida política" do país.

A reunião decidiu ainda "apelar para o empenho de todas as organizações e militantes da juventude comunista nesta grande batalha pela democracia, nesta grande batalha pela derrota das forças do passado, da opressão e do terror".

Salientando que as CC's "manifestam inteira confiança de que os jovens mais uma vez saberão distinguir os seus amigos dos seus inimigos", o documento aprovado na reunião conjunta destaca que "recusando o voto à Aliança Reaccionária, a juven-

tude portuguesa recusará a destruição dos sonhos e aspirações nascidas com o 25 de Abril, "recusará o passado, a repressão e o obscurantismo, a exploração, o desemprego, a violência e a injustiça social". Por outro lado, "recusando as propostas demagógicas e divisionistas do esquerdismo, recusará desperdiçar votos tão necessários e úteis para a vitória democrática".

A terminar, as Comissões Centrais da UJC e UEC "apelam a toda a juventude para dar o seu voto à Aliança Povo Unido", pois o voto na APU "é o voto útil para eleger candidatos jovens para a Assembleia da República", que "são fiéis portadores e intérpretes dos problemas, das reivindicações, das aspirações e dos ideais da juventude". O voto na APU — salienta o documento — é o voto para uma mudança para melhor, na vida da juventude e do povo, é o voto para a vitória democrática.

Em Lisboa, no dia 28 Grande Festival da Juventude

Uma «tarde musical» em que actuarão conhecidos artistas portugueses, constitui um dos principais atractivos do grande Festival da Juventude promovido pela UJC e UEC, para 28 deste mês (domingo), nos relvados junto da Torre de Belém.

«Na alegria de viver, a força de ser jovem» — este o lema da iniciativa, que, conforme salientou ao «Avante!» o camarada Francisco Pereira, um dos elementos da Comissão Organizadora, constituirá uma «vibrante jornada de confraternização e amizade da juventude progressista da zona de Lis-

boa», ao mesmo tempo que alertará a massa juvenil para a importância do próximo acto eleitoral, no quadro da luta desenvolvida pelos jovens em torno de direitos e aspirações comuns.

O início do Festival está previsto para às 9 e 30, com uma «manhã desportiva» cujo programa inclui, entre outras actividades, demonstrações de ginástica, judo e halterofilia, um torneio-relâmpago de futebol de 5, a «Simultânea da Amizade» (xadrez) e a «Corrida da Juventude» (2000 e 6000 metros), com percurso idêntico

ao da II Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria da 4.ª edição da Festa do «Avante!». Está ainda planeado um desfile de atletas com fanfarras.

A «tarde musical» terá início por volta das 15 horas. Entretanto, durante todo o dia, os camaradas e amigos que se deslocarem a Belém no próximo dia 28, encontrarão também e em serviço permanente um diversificado conjunto de actividades recreativas e bares.

Na próxima semana revelaremos mais pormenores desta iniciativa da juventude comunista.

A CGTP-IN e o período pré-eleitoral

- «Defender consequentemente os direitos e interesses dos trabalhadores»
- «Reforçar a todos os níveis a Organização Sindical»

O Plenário da CGTP-IN aprovou no último sábado em Lisboa, por unanimidade e aclamação, uma bem fundamentada Resolução sobre a Situação Político-Sindical, que constitui um instrumento de trabalho de extrema importância nas «acções a desenvolver pelo Movimento Sindical Unitário no sentido de reforçar a todos os níveis a organização sindical e de defender consequentemente os direitos e os interesses dos trabalhadores na actual conjuntura pré-eleitoral».

Com a participação interessada e militante de cerca de 220 associações sindicais, o Plenário, aberto à participação de todos os Sindicatos, filiados ou não na Central, aprovou também uma Resolução do Conselho-Geral, que marca para 6, 7, 8, e 9 de Março de 1980 a realização do III Congresso da CGTP-IN (aberto a todos os Sindicatos), «tendo em conta a situação política do País, designadamente a decorrente das eleições intercalares e autárquicas, e a necessidade de se conseguir uma grande participação e mobilização dos trabalhadores como condição para assegurar o carácter democrático, unitário e de massas que o Congresso deve ter», acentua o Conselho-Geral.

Uma «escolha fundamental»

Na resolução final do Plenário, que denuncia a situação dos portugueses e às forças políticas democráticas a cumulação do grupo divisionista da chamada «UGT» com os objectivos da aliança reaccionária, sendo essa «cumulação» camuflada na falsa neutralidade contida na frase «não importa quem governa, mas como governa», a CGTP-IN considera «fundamental» a escolha a fazer

nas próximas eleições, tendo em conta uma situação «das mais complexas que o Povo português tem atravessado desde o 25 de Abril», com uma grande agudização da luta de classes,

A «neutralidade» da UGT

Perante a «pseudoneutralidade dos divisionistas e amarelos», a CGTP-IN realça aquilo que sempre tem denunciado aos olhos da opinião pública e que a Resolução caracteriza deste modo:

«Um grupo clara e inequivocamente identificado com os sectores reaccionários, representados na aliança PPD/CDS/PPM.

«Um grupo sem independência de classe e, por isso, neutralizado na defesa dos interesses fundamentais dos trabalhadores, pela presença no seu seio de interesses estranhos aos trabalhadores.

«Um grupo corrolado por profundas contradições, só temporariamente escondidas devido a pressões externas».

provocada, designadamente, por «uma grave ofensiva da direita e do patronato» que, perante a perspectiva da derrota «incapazes de actuarem no quadro democrático e constitucional, multiplicam os seus ataques à Constituição e às instituições que querem derrubar e substituir por processos não consentidos e ilegais».

Por forma «a não pôr em causa a unidade dos trabalhadores e do Movimento Sindical», o esclarecimento e dinamização por parte das estruturas desse Movimento deve intervir no sentido de o voto dos

trabalhadores recair nas listas de candidatos a deputados que mais garantias dêem de defender os seus interesses de classe, expressos no Caderno Reivindicativo e no Programa de Acção do Movimento Sindical Unitário.

Diálogo e solução dos problemas concretos

O interesse dos trabalhadores e do Movimento Sindical continua a incidir no diálogo como via para

«a solução dos problemas concretos que os afectam». Nesse sentido — acentua a Resolução — todas as iniciativas do Governo que permitam dar solução concreta aos problemas devem continuar a ser aproveitadas.

A «resolução dos problemas concretos dos trabalhadores e das populações é, nas actuais circunstâncias, uma via adequada para a defesa da democracia», salienta a CGTP-IN que chama a atenção do Governo para a necessidade de ser coerente com as afirmações que tem produzido.

PREH: trabalhadores firmes na defesa dos postos de trabalho

A multinacional da RFA — Preh — pretende lançar no desemprego cerca de 200 trabalhadores da sua filial no Porto que, há 29 dias, fazem durante a noite piquetes à porta da fábrica, para impedirem a transferência da respectiva maquinaria para a outra filial situada na Trofa.

Além das paralisações feitas pelos operários desta unidade, em solidariedade com os seus camaradas do Porto, na terça-feira ascendeu já a seis o número de trabalhadores em greve da fome.

Na passada sexta-feira, durante um plenário feito à entrada das instalações da Trofa, que se encontravam vedadas para os trabalhadores do Porto e para os representantes dos órgãos de comunicação social, com a parti-

cipação do pessoal das duas unidades e dos filhos dos que se encontram ameaçados pelo desemprego, foi marcado para hoje novo plenário, caso a administração não dê «resposta adequada às justas pretensões dos trabalhadores das empresas PREH».

Na sequência de outras tomadas de posição na AR quanto à tentativa de despedimentos dos cerca de 200 trabalhadores da PREH, o camarada Joaquim Folgueiras, deputado pelo círculo do Porto, contactou os operários em luta e foi o único deputado a estar presente no plenário da Trofa, não obstante terem sido convidados os representantes dos restantes grupos parlamentares.

Em carta dirigida ao Primeiro-Ministro, aquele deputado comu-



nista denunciava o «lock-out» da multinacional, a retirada da unidade do Porto de encomendas e de peças indispensáveis ao funciona-

mento das máquinas e reclamava do governo «as medidas adequadas que anulem os despedimentos previstos».

Agenda

Dia 18, Quinta-feira

Vila Franca de Xira, às 21 e 30, na Casa do Povo, sessão de esclarecimento com Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido. • Alenquer, na Mercesana, às 13 horas, sessão de esclarecimento com Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. • Lisboa, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, às 17 e 30, sessão de esclarecimento organizada pelo Sector Público da ORL. • Aljezur, às 21 horas, sessão com José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central. • Lisboa, no Centro de Trabalho da Avenida Duque de Loulé, sessão de poesia com Ary dos Santos e Armindo Rodrigues, às 19 e 30, promovida pelo Organismo dos Escritórios do CLL.

Dia 19, Sexta-feira

Torres Novas, reunião de quadros das freguesias, às 15 horas. • Guarda, comício de apresentação dos candidatos APU às intercalares, às 21 horas, com Domingos Abrantes, do Secretariado e da Comissão Política do CC. • Frade de Cima (Alparça), sessão com João Cabral e Farinha da Rosa, da Comissão Concelhia, às 20 e 30. • Frade de Baixo (Alparça), sessão com Conceição Carlos, do CC, e Olímpio Oliveira, da Concelhia de Alparça. • Canaças, sessão às 21 e 30, com Veiga de Oliveira, do Comité Central, organizada pelo Sector de Transportes da ORL, na Rodoviária Nacional. • Porto, sessão de esclarecimento, às 21 e 30, no Pavilhão do Académico, com Carlos Brito, da Comissão Política do CC, e Herdeira da Palma, sessão às 20 horas, na sala do CAT, com Margarida Tengarrinha, do Comité Central, e Herminia Parulas, candidata à AR. • Albufeira, reunião geral de militantes, com a participação de José Vitoriano, da Comissão Política do Comité Central.

Dia 20, Sábado

Distrito de Beja, visita ao distrito do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal. • Santa Margarida do Sado, passagem às 11 horas; Figueira de Castelo Branco, sessão às 11 e 30; Ferreira do Alentejo, pequena intervenção às 12 horas; Trigueiras, inauguração de um monumento a Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias, às 13 horas; Beja, comício, às 15 horas, no Largo das Piscinas; Trindade e Alentejo, passagem às 16 horas; Entradas, passagem às 16 e 30; Castro Verde, pequena intervenção às 17 horas; Ourique, pequena intervenção às 18 horas. • Caldas da Rainha, no Centro de Trabalho, às 15 horas, plenário de propaganda com vista às próximas campanhas eleitorais, com Vítor Dias, suplente do Comité Central. • Porto, Encontro da Organização Regional do Porto, com início às 9 horas, no Cine-Teatro de Gaia, com Carlos Brito, da Comissão Política do CC, e Ângelo Veloso, suplente da Comissão Política do CC. • Monção, distrito de Viana do Castelo, comício, à noite, com Carlos Brito, da Comissão Política do Comité Central. • Casabães (Alcácer do Sal), sessão às 15 e 30, com António Murteira, do CC. • Vale do Gulfo, às 20 horas, baile para fundos. • Barreiro, no Pavilhão da Quimigal, às 16 horas, comício de apresentação de candidatos APU de Setúbal. • Sábado, dia 20, Nazaré, às 21.30, sessão de esclarecimento com Joaquim Gomes, do Secretariado e da CP do CC.

Dia 21, Domingo

Bragança, sessão de esclarecimento, com Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC. • Santarém, comício e apresentação dos candidatos APU às intercalares, com Dias Lourenço, da Comissão Política do Comité Central, na Casa do Campino, às 16 horas, em que participam outros membros do CC e um representante do MDP/CDE. • Leiria, no Pavilhão da Feira, às 17 e 30, comício da APU para apresentação de candidatos, com a participação de Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central. • Nisa, na Casa do Povo, às 15 horas. Encontro de candidatos e outros membros da APU dos concelhos de Castelo de Vide, Crato, Gavião, Marvão e Nisa e, às 17 horas, sessão pública de apresentação, com a participação de António Camarinha, suplente do Comité Central. • Torres Novas, reunião de quadros de empresas das freguesias, às 21 e 30. • Lisboa, no Pavilhão dos Desportos, às 14 e 30, Encontro de Militantes da Organização Regional de Lisboa «Para a Vitória Democrática». As 21 e 30, comício de encerramento com o secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal. • Domingo, dia 21, Canas de Senhorim, às 17 horas, sessão de esclarecimento NA Casa do Pessoal das Minas da Urfeira, com Carlos Costa, do Secretariado e a CP do CC. No final, fados por Fernando Farinha.

Proclamação do PCP PARA A VITÓRIA DEMOCRÁTICA com o PCP com Portugal de Abril vota APU



As próximas eleições intercalares para a Assembleia da República no dia 2 de Dezembro, a que se seguirão as eleições para as Autarquias no dia 16, revestem-se de extraordinária importância e significado.

Os seus resultados terão profundas repercussões e consequências na vida política imediata e no futuro da democracia portuguesa.

O PCP apela a todos os democratas, a todos os portugueses para uma campanha eleitoral e uma votação que assegurem o prosseguimento do Portugal de Abril.

Impõe-se derrotar a reacção e alcançar a vitória das forças democráticas.

Não basta porém que as forças democráticas alcancem a maioria. É necessário que as forças democráticas se entendam e se unam. É necessário que a maioria numérica se torne uma maioria política efectiva, constituindo a base para a formação de um governo democrático.

O PCP sublinha que, para tal resultado ser alcançado, é indispensável o reforço da votação e de representação parlamentar do PCP.

Votar PCP é votar na Aliança Povo Unido (APU). Votar na APU é a melhor contribuição que cada eleitor pode dar para assegurar a derrota da reacção e para abrir caminho à formação de uma maioria democrática e de um governo democrático.

O PCP proclama: Em condições de liberdade, a reacção será derrotada, a democracia vencerá.

AS ELEIÇÕES — DESAIRE DA DIREITA E DOS SEUS PLANOS GOLPISTAS

As eleições intercalares para a Assembleia da República foram decididas no quadro duma saída constitucional para a crise governativa latente desde 1977 e marcada pela queda de sucessivos governos, como resultado, por um lado, das consequências nefastas para o povo e para o país da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e, por outro lado, da luta firme e heróica da classe operária e das massas populares.

A realização de eleições intercalares no quadro constitucional é já em si mesma um severo desaire dos planos golpistas da reacção.

O PPD e o CDS, a CIP e a CAP, todas as forças reacçãoárias exigiam a continuação do governo fascizante Mota Pinto. Exigiam a rápida destruição da Reforma Agrária e a reprivatização das empresas nacionalizadas. Exigiam tomar rapidamente conta, pela mão do governo, de todo o aparelho de Estado e da Comunicação Social. Exigiam a revisão inconstitucional da Constituição conduzindo à liquidação do regime democrático a curto prazo. E para dar uma aparência «legal» e «democrática» ao golpe de Estado, exigiam uma lei eleitoral antidemocrática e um referendo que fizesse das eleições uma mascarada digna do tempo do fascismo.

Esse ataque global da reacção contra o regime democrático foi contido no essencial pela luta dos trabalhadores, das massas populares, das forças democráticas, que conduziu à exonerção do Governo Mota Pinto, à dissolução da Assembleia e à realização de eleições intercalares segundo os preceitos constitucionais.

Os partidos reacçãoários partem para as eleições em posição de vencidos. A sua derrota será confirmada nos resultados eleitorais.

PORTUGAL ANTE DUAS PERSPECTIVAS

As eleições intercalares colocam Portugal ante duas perspectivas contrárias:

— ou uma maioria das forças democráticas (designadamente de comunistas e socialistas) na qual o PCP representa papel determinante, criando condições para um entendimento entre todos os democratas a fim de formarem um governo democrático com uma política democrática que assegure o melhoramento das condições de vida do povo, a estabilidade, o progresso e o desenvolvimento do país, a consolidação das conquistas da Revolução (nacionalizações, Reforma Agrária, controlo de gestão), o regime democrático e a independência nacional;

— ou uma maioria da aliança reacçãoária do PPD e do CDS (dita «Aliança Democrática»), cujo programa (evidenciado na actuação do Governo Mota Pinto/PPD/CDS e dos Governos Regionais dos Açores e Madeira) consiste na exploração desenfreada dos trabalhadores, nos despedimentos e no desemprego, nos aumentos vertiginosos dos preços, na degradação brutal do nível de vida da imensa maioria da população, nas ofensivas para liquidar pela violência a Reforma Agrária e as outras conquistas de Abril, na ruína dos pequenos e médios agricultores e nos despejos dos rendeiros pelos senhorios ricos, no sacrifício das classes médias aos interesses do grande capital, na marginalização dos intelectuais, no obscurantismo e no monopólio da cultura, na submissão passiva às imposições do FMI, do Mercado Comum e da NATO e na utilização do arbítrio, da violência e da repressão, tudo tendo em vista liquidar as liberdades e o regime democrático e instaurar a curto prazo uma nova ditadura.

O eleitorado é chamado a decidir por uma das duas perspectivas. Poderá fazê-lo em consciência tendo em conta a experiência dos últimos anos, comparando o que pretende a aliança reacçãoária e o que pretende o PCP.

O PCP apela aos eleitores para que comparem, avaliem e decidam.

O PROGRAMA DO PCP — PROGRAMA DA DEMOCRACIA PORTUGUESA

O PCP proclama: a solução da crise política e de todos os problemas nacionais deve ser encontrada no inteiro respeito pela Constituição, pelas instituições, pela legalidade e pela ordem democrática.

Em contraste com os planos da reacção, a política que o PCP propõe ao eleitorado corresponde às necessidades objectivas do Portugal de hoje e às necessidades e aspirações do Povo português.

A política que o PCP propõe ao Povo português consta de 8 pontos fundamentais:

1. Respeito pela Constituição, estabilidade e reforço do regime democrático.
2. Garantia das liberdades e direitos dos cidadãos, da legalidade, da ordem democrática e da tranquilidade pública.
3. Contenção do aumento do custo de vida e melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias.
4. Dinamização da economia portuguesa voltada para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida do povo na base do respeito pelos limites das formações económicas (sector nacionalizado, UCP's e Cooperativas da Reforma Agrária, empresas em autogestão, cooperativas, pequena produção agrícola e industrial, empresas capitalistas).
5. Anulação e rectificação das decisões e actuações inconstitucionais e ilegais dos últimos governos, designadamente na ofensiva contra a Reforma Agrária, nas desintervenção, nos saneamentos de democratas do aparelho de Estado.
6. Ensino e cultura ao serviço do Povo.
7. Unidade das Forças Armadas e estabilidade militar.
8. Firme defesa da independência e soberania nacionais e da integridade territorial e diversificação das relações externas, amizade e cooperação com todos os povos do mundo.

O PCP considera que estes pontos (que serão desenvolvidos no «Programa Eleitoral» do PCP a publicar no início da campanha) constituem uma base séria para o entendimento, a acção comum e uma política governativa que assegure a continuação do Portugal de Abril.

A política que o PCP propõe é uma política democrática. É uma política para ser realizada, não apenas pelos governos mas pelo Povo português, empenhado num grande esforço patriótico e na mobilização de todos os recursos e energias internas, na indústria, nas minas, na agricultura, nas pescas, nos transportes e serviços, na ciência, na técnica e na tecnologia. É uma política para, no quadro do regime

democrático, superar a crise, desenvolver a produção, alcançar a melhoria progressiva do bem-estar material e cultural dos portugueses.

A política que o PCP propõe é uma política voltada para o futuro independente e progressista da nossa Pátria. Não é do estrangeiro que nos virá a salvação, mas de nós próprios. A panacéia dos empréstimos externos afunda o país em encargos externos anuais de dezenas de milhões de contos. A integração na CEE significará um desastre para a nossa agricultura e a nossa indústria e o agravamento da submissão às multinacionais e ao imperialismo. A participação de Portugal na NATO traz-nos despesas, ingerências e perigos. A política que o PCP propõe é uma política portuguesa a realizar pelos portugueses para Portugal. Portugal democrático e independente a caminho do socialismo.

A POLÍTICA DO PCP É DO INTERESSE DE TODO O POVO

O PCP proclama que os seus objectivos correspondem inteiramente aos interesses de todas as classes e camadas antimonopolistas:

— da classe operária e de todos os trabalhadores (da indústria, das minas, dos transportes, da pesca, da agricultura, dos serviços) defendendo a elevação dos salários reais, a contenção dos preços, o direito efectivo à contratação colectiva, o combate ao desemprego e aos despedimentos, os direitos e liberdades sindicais, a melhoria da segurança social e das condições de habitação, rendas de casa acessíveis, um serviço nacional de saúde;

— dos pequenos e médios agricultores e rendeiros defendendo preços compensadores, garantia de escoamento dos produtos, contenção dos preços dos artigos necessários à agricultura, créditos, seguro agro-pecuário, assistência técnica, melhor previdência rural, revisão da Lei do Arrendamento Rural, aplicação da Lei dos Baldios;

— dos intelectuais, quadros técnicos e profissões liberais, defendendo a dignificação das suas actividades e função social, a segurança no emprego, carreiras profissionais, estímulo à criação artística e cultural e à investigação científica;

— dos pequenos e médios comerciantes e industriais defendendo uma política de aumento da produção e do poder de compra, o alargamento do mercado interno, o acesso ao crédito e a redução das taxas de juro, a correcção das margens de comercialização, da fiscalidade e o apoio a medidas de reconversão e reestruturação;

Os objectivos do PCP correspondem inteiramente aos interesses:

— das mulheres, defendendo os seus direitos de mães, cidadãs e trabalhadoras, a sua crescente participação na vida política e social, uma rede de creches, cantinas, jardins de infância, lavandarias;

— da juventude, defendendo o seu direito ao ensino, à preparação profissional e ao trabalho, a eliminação das discriminações salariais e profissionais, a reestruturação democrática do ensino, o alargamento do apoio social escolar, a dinamização da ocupação dos tempos livres.

Os objectivos do PCP correspondem inteiramente aos interesses dos sectores e camadas mais desfavorecidos:

— dos que auferem mais baixos salários, defendendo a actualização periódica do salário mínimo nacional, o seu efectivo cumprimento, a extensão dos benefícios sociais;

— dos reformados, defendendo a actualização de pensões e reformas, a gratuidade da assistência médica e dos medicamentos, rendas bonificadas, descontos nos transportes, centros de convívio;

— dos deficientes, defendendo a sua reabilitação e integração social e profissional, o ensino especial, a melhoria das pensões e subsídios, descontos nos transportes;

— das viúvas e órfãos desamparados, defendendo o aumento das pensões de sobrevivência e a humanização das instituições oficiais de assistência à infância desprotegida;

— dos desalojados, defendendo a sua integração social e profissional, a integração escolar das crianças e jovens, a rápida solução das situações degradantes que atingem numerosas famílias.

Os objectivos do PCP correspondem inteiramente aos interesses:

— dos trabalhadores emigrados, defendendo acordos de emigração mais favoráveis, medidas de apoio social, cultural e jurídico, nomeadamente, generalização do ensino do português aos seus filhos;

Só os grandes capitalistas, os grandes latifundiários, os senhorios ricos, os especuladores, os exploradores e parasitas são atingidos pela política do PCP. A política do PCP é do interesse de todo o Povo, é uma política genuinamente popular e democrática.

A APU — UM PASSO PARA A VITÓRIA

A Aliança Povo Unido (APU), formada pelo PCP e pelo MDP/CDE para as eleições da Assembleia da República, é um importante passo para a vitória democrática. Complementar da APU constituída para as eleições das autarquias simplifica as campanhas e o voto, porque a sigla (APU) e o símbolo (as três argolas entrelaçadas) serão iguais nas duas eleições.

A Aliança Povo Unido (APU) incentiva também uma dinâmica unitária, profundamente enraizada na experiência e no coraço antifascista do povo português, dinâmica que interessa, atrai, une e leva à acção política e ao voto não só muitas centenas de milhar de democratas de todas as tendências, entre os quais muitos milhares de católicos, como amplos sectores que, enganados pelos partidos da direita ou desiludidos pelo PS e pelos esquerdistas se sentem inclinados à abstenção.

A Aliança Povo Unido (APU) permitirá, não só a eleição

certa de alguns deputados do MDP/CDE, como o aumento do número de deputados comunistas e o reforço do Grupo Parlamentar do PCP.

TRÊS RESULTADOS NECESSÁRIOS DAS ELEIÇÕES

O PCP insiste em que é necessário alcançar três resultados nas eleições:

1.º — derrotar a reacção, mantendo em minoria o PSD/PPD, o CDS e seus acólitos;

2.º — eleger uma maioria democrática, designadamente de comunistas e socialistas;

3.º — aumentar sensivelmente o número de deputados do PCP, condição indispensável para se alcançar uma alternativa democrática.

Trata-se de três objectivos complementares. Sendo alcançados, abre-se a possibilidade de formar uma maioria democrática e um governo democrático.

A DERROTA DA REACÇÃO — FICAR EM MINORIA

A derrota do PPD/PSD e do CDS consiste em não alcançarem em conjunto (na aliança reacçãoária) maioria absoluta pelo que não terão qualquer direito a formar governo.

O PCP alerta entretanto desde já para uma possível manipulação da opinião pública, pela qual os partidos reacçãoários, embora ficando em minoria, possam vir a cantar «vitória» só porque obtenham em conjunto (como aliás já tinham obtido nas eleições de 1976 em que se consideravam como vencidos) mais deputados do que o PS.

A derrota eleitoral do PPD e do CDS deverá ter um transcendente significado político: fazer cair por terra os planos de destruição das conquistas da Revolução, de revisão inconstitucional da Constituição e da liquidação do regime democrático.

A DESESTABILIZAÇÃO REACCIÓNÁRIA NÃO PASSARÁ

A reacção está apavorada pela previsão da derrota eleitoral e pela confiança serena das massas populares na vitória democrática. Por isso a reacção, ao mesmo tempo que se serve de todos os processos e meios para obter votos, usando sistematicamente a invenção e a calúnia, manipulando sentimentos religiosos, abusando das posições que detêm nos órgãos de informação, socorrendo-se do estrangeiro para pressionar Portugal — procura impedir a realização normal das eleições.

A reacção começou já (com sinistras campanhas de mentiras e provocações, perturbações da ordem democrática, actos terroristas que pratica e de que depois acusa os comunistas, exigência de demissão do Governo, ataques ao Presidente da República) uma operação de desestabilização política, social e militar visando criar uma situação que comprometa o carácter democrático das eleições ou impossibilite mesmo a sua realização.

O PCP apela para a vigilância e o pronto e firme desmascaramento e combate a quaisquer provocações. Desmascarando e desarticulando as provocações da reacção, os trabalhadores, os democratas, as massas populares saberão defender (como o têm feito e estão fazendo diariamente) a estabilidade da situação política, a legalidade e a ordem democráticas, a atenuação dos conflitos, um clima de paz, tranquilidade pública e serenidade no qual a reacção será irremediavelmente derrotada.

O VOTO NA APU — O VOTO ÚTIL NA DEMOCRACIA

O PCP chama a atenção para ideias que começam a desenvolver-se acerca do voto útil.

O voto útil na democracia não é no PS.

O PS em 1976, depois de ter apelado para o «voto útil» dos democratas no PS para derrotar a direita, aliou-se a essa mesma direita. O PS coligou-se com o CDS num governo, coligou-se com o CDS e o PPD na contra-revolução legislativa, no divisionismo sindical, na criação da UGT e dos sindicatos amarelos. Foi o PS que lançou a política dos «pacotes» e a ofensiva contra a Reforma Agrária, as desintervenção em benefício do patronato sabotador. Deve-se ao PS toda uma série de leis e projectos de lei contra os direitos dos trabalhadores e as conquistas democráticas; a lei Barreto, o projecto Goncalves, a lei sobre as Comissões de Trabalhadores, as leis sobre nacionalizações e as indemnizações e outras. Deve-se ao voto do PS a aprovação da lei dos senhorios ricos do PPD. Actualmente o PS, embora certo de ser uma minoria, continua a pretender governar sozinho, não mostra vontade de rever a política de recuperação capitalista, continua a recusar-se a uma aliança com o PCP. Se não houver uma deslocação do eleitorado para a esquerda, o PS poderá já novamente aliar-se à direita ou viabilizar um governo minoritário da direita, conforme admittem já dirigentes do PS. O voto útil na democracia não é no PS.

O voto útil na democracia não é nos esquerdistas.

Ao longo dos anos, os esquerdistas têm feito sempre o jogo da direita, escolhendo os mesmos alvos para os seus ataques. Tomam o PCP como alvo principal. Prosseguem uma actuação de divisão sistemática dos trabalhadores e dos democratas. Em luta uns contra os outros dentro dos próprios grupos, não têm força nem apoio para eleger deputados e por isso os votos nos esquerdistas serão votos inúteis e perdidos, possibilitando a vitória a mais iguais candidatos da direita. O voto útil na democracia não é nos esquerdistas.

O voto útil na democracia é no PCP, é na Aliança Povo Unido (APU).

O voto na APU é um voto em forças políticas fiéis aos interesses do povo trabalhador e aos objectivos democráticos. É um voto na maioria democrática, um voto para o entendimento dos democratas, designadamente do PCP e do PS. É o único voto que, reforçando o Grupo Parlamentar do PCP e elegendo deputados do MDP/CDE, poderá conduzir a uma maioria democrática efectiva, com comunistas, socialistas e outros democratas.

O voto no PCP, na Aliança Povo Unido (APU) não é apenas o voto útil.

É o voto seguro, certo, necessário e indispensável para tornar possível uma efectiva maioria democrática capaz de determinar uma viragem na política portuguesa.

A MAIORIA DEMOCRÁTICA NUMÉRICA DEVE TORNAR-SE UMA MAIORIA POLÍTICA EFFECTIVA

O PCP salienta que para uma alternativa democrática, não basta alcançar uma maioria numérica dos partidos democráticos. É necessário que essa maioria numérica se torne uma maioria política efectiva.

Na Assembleia da República eleita em 1976, o simples facto de haver uma maioria numérica do PS e PCP e de se realizarem certos acordos conjunturais entre os dois partidos constituiu um travão às ofensivas reacçãoárias mais extremas. Mas a aliança do PS à direita desmentiu as promessas feitas ao eleitorado e abriu caminho ao avanço da reacção.

Não basta pois que o PS e PCP, a que se juntarão o MDP/CDE e eventualmente outros democratas, ganhem a maioria de deputados nas eleições.

É necessário que o PS e o PCP e outros democratas se entendam numa plataforma ou programa para que a maioria democrática seja o suporte parlamentar e popular de um governo democrático com uma política democrática.

Uma grande votação na APU (o reforço do Grupo Parlamentar do PCP e a eleição de deputados do MDP/CDE) será um factor determinante para que a maioria democrática numérica se torne uma verdadeira maioria política.

Uma grande votação na APU será um factor determinante para que se consiga finalmente uma aliança entre comunistas, socialistas e outros sectores democráticos, que os trabalhadores e o nosso povo reclamam e que os resultados eleitorais uma vez mais confirmarão como imperiosa.

MAIORIA DEMOCRÁTICA — GOVERNO DEMOCRÁTICO

A formação de uma maioria democrática efectiva e a formação nessa base de um governo democrático, são os grandes objectivos políticos das próximas eleições.

Uma viragem democrática não consiste apenas numa maioria democrática mas na formação de um governo democrático com uma política democrática.

Nenhum partido sozinho poderá nas condições presentes constituir governo com um mínimo de estabilidade. Só a maioria absoluta poderá dar base parlamentar para a formação de um governo. Um partido, embora minoritário, pode ser consultado para formar governo mas só pode constituir-lo se, junto com outros partidos tiver maioria na Assembleia da República para o apoiar, ou para o deixar passar.

Alcançada nas eleições uma maioria de deputados dos partidos democráticos (designadamente do PCP e do PS) o entendimento desses partidos é essencial para possibilitar a formação de um governo democrático.

Ô PCP solenemente declara: até ao acto eleitoral e após o acto eleitoral o PCP estará sempre pronto a examinar com o PS e com as outras forças democráticas um acordo para a formação de um governo democrático, na base da maioria democrática alcançada nas eleições.

PARTICIPAÇÃO DO PCP NO GOVERNO — ESSENCIAL PARA A DEMOCRACIA

Um governo democrático exige uma composição política que dê garantias de realização do programa.

A realidade portuguesa e a experiência mostram que, para que possa ser definida, adoptada, aprovada e realizada uma política democrática — a participação do PCP no governo é essencial.

Essencial, porque só com os trabalhadores se podem resolver os grandes problemas nacionais. Essencial porque o PCP apresenta soluções válidas e tem como já mostrou uma capacidade de organização, de realização e de mobilização, únicas no nosso País. Essencial porque os deputados comunistas já provaram na Assembleia e os ministros comunistas já provaram no governo defenderem sempre consequentemente os interesses populares e as conquistas de Abril. Essencial porque o PCP é a única força política que, apoiada no povo e ao serviço do povo, se mostra capaz de resolver os grandes problemas nacionais.

A participação do PCP no governo deve tomar-se uma reclamação popular e nacional. Uma grande votação na APU confirmará uma tal reclamação.

O PCP rejeita firmemente qualquer ingerência estrangeira relativa à composição política do governo português. Rejeita, por inadmissíveis num país independente e soberano, quaisquer pressões para que os comunistas não façam parte do governo. É ao povo português e só ao povo português que cabe determinar a sua política e a composição do seu governo.

O PCP é uma força necessária, indispensável e insubstituível na construção da sociedade democrática.

Os comunistas participarão no governo quando o povo português assim o decidir.

PARA A VITÓRIA DEMOCRÁTICA

Aproximam-se as eleições para a Assembleia da República. Perante o povo português colocam-se grandes tarefas: derrotar a reacção mantendo-a em minoria, dar a maioria aos partidos democráticos, aumentar nitidamente o número de deputados do PCP. As consequências desastrosas de três anos de política de recuperação capitalista consolidaram uma grande aspiração nacional: pôr fim a uma política de violência, ódio e destruição, impor uma viragem democrática na política nacional.

O povo português quer construir uma vida melhor. Quer viver em liberdade, em paz, em segurança. Quer defender as conquistas de Abril. Quer ver os recursos, energias e riquezas nacionais colocadas ao serviço do progresso de Portugal. Quer participar activamente com a sua opinião, trabalho e esforço criador na solução dos problemas nacionais. Quer libertar-se dos flagelos do atraso, da doença, da injustiça, da ignorância. Quer que o País seja governado com competência, honestidade, dinamismo e fidelidade aos ideais libertadores do 25 de Abril. Quer decidir livremente sobre o presente e o futuro da sua Pátria.

O voto na «Aliança» PPD/CDS seria o voto para contrariar estas sentidas aspirações e frustrar estas legítimas esperanças. O voto na APU é o voto para dar resposta às melhores aspirações do povo português.

O PCP apela para que cada antifascista multiplique as suas forças na luta contra o fascismo e a reacção, para que cada democrata se torne um propagandista da democracia, para que todos que querem que continue Portugal de Abril empenhem as suas forças e energias na preparação das eleições, no esclarecimento e na conquista do eleitorado, na campanha eleitoral, de forma a assegurar que nenhum eleitor democrata deixe de votar, tomando certa, nítida, irrefutável a vitória democrática.

O PCP apela para que na luta para derrotar a reacção e assegurar a vitória democrática, se unam todos os democratas, quaisquer que sejam as suas ideias ou crenças religiosas, estabelecendo laços de entendimento, de cooperação e de acção comum, para hoje e para amanhã.

Com uma votação em massa na APU o povo português votará no 25 de Abril, votará na democracia, confirmará a sua confiança no partido da verdade, da esperança e do futuro — o Partido Comunista Português — e abrirá caminho a uma maioria democrática e a um governo democrático.

Avante, para a vitória democrática!

A Conferência Nacional
do Partido Comunista Português
14 de Outubro de 1979.